



OBSERVATÓRIO DAS DINÂMICAS TRANSFRONTEIRIÇAS DO RIO MINHO

RELATÓRIO GERAL



No âmbito do Projeto "Rede de Apoio às dinâmicas locais de cooperação no Rio Minho Transfronteiriço" - REDE_LAB_MINHO, co-financiado pelo Programa Interreg V-A Espanha Portugal (Atividade 2 – Construção e dinamização de uma rede de cooperação e observação das dinâmicas transfronteiriças).

CONTEÚDO

Introdução	3
Território, população e habitação	6
Saúde, desenvolvimento social e qualidade de vida	10
Inovação e desenvolvimento económico e empresarial	13
Transporte e mobilidade transfronteiriça	16
Emprego e desemprego	19
Infraestruturas e serviços públicos	22
Educação e formação	26
Cidadania e cultura	29
ambiente e desenvolvimento sustentável	32
Turismo	35
Conclusões	38

FICHA TÉCNICA

Promotor:	AECT Rio Minho
Edición:	AECT Rio Minho © 2022
Redação:	Seixas Invest, S.L. (autores: Francisco Xavier Martínez Cobas e Carlos María Fernández-Jardón; Universidade de Vigo).
Colaboração:	Pedro Castro, Joana Nogueira e Sara Simões; Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

INTRODUÇÃO

O AECT Rio Minho engloba 10 concelhos de Portugal e 16 concelhos da Galiza. Está localizado no troço final do Rio Minho, na área transfronteiriça entre os dois países.



ILUSTRAÇÃO 1: MAPA DO AECT

Compreende uma extensão de 3 312 km² e uma população de 376 000 habitantes, sendo a fronteira ibérica mais povoada e a mais transitada, concentrando 47 % do tráfego médio de veículos entre ambos os Estados.

Este relatório apresenta a evolução nos últimos anos e a situação atual do conjunto do território do AECT Rio Minho (de agora em diante, AECT), mas também a comparação com a situação na Galiza e em Portugal. O relatório é parte do trabalho desenvolvido para a criação do Observatório das Dinâmicas Transfronteiriças (ODT) do Rio Minho, e foi elaborado a partir da seleção e da análise de 120 indicadores à escala dos concelhos que constituem o AECT.

A informação recolhida, comum a ambas as zonas, é muito vasta. Por conseguinte, para facilitar a exposição, o relatório irá focar-se nos indicadores mais relevantes de cada uma das secções deste trabalho que permitam conhecer a situação da área e ter uma ideia das suas potencialidades e limitações relativamente às áreas que os englobam.

O esquema da exposição baseia-se nos dez campos de interesse definidos pelo AECT. Em primeiro lugar, apresenta-se a situação do AECT relativamente à Galiza e a Portugal em relação ao território, à população e à habitação, ou seja, fazendo um percurso pelas potencialidades que o território tem e pelas possibilidades de habitação que apresenta. A seguir, expõe-se a situação no que diz respeito à saúde e ao desenvolvimento social, ou seja, aos campos alusivos à qualidade de vida em determinados aspetos sociais do território. De seguida, aborda-se a situação da inovação e do desenvolvimento económico e empresarial, que indica o potencial económico do território. Em quarto lugar, comentam-se alguns aspetos relativos ao transporte e à mobilidade transfronteiriça, dada a importância que este aspeto tem para o território. Depois trata-se o tema do emprego e do desemprego, que também está associado às condições sociais do território, combinado com a capacidade de gerar riqueza e de a manter bem distribuída. Em sexto lugar, analisam-se aspetos relativos às infraestruturas e aos serviços públicos. A seguir têm lugar os campos da educação e da formação, que indicam o capital humano presente ou futuro do território. Para completar as epígrafes sociais, dedicaremos uma secção à cidadania e à cultura. Outro aspeto fundamental no desenvolvimento sustentável de um território tem que ver com o meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável, pelo que se dedica outra parte a este aspeto. Finalmente, tendo em conta a capacidade de atração turística do território, incluímos também uma secção relativa ao Turismo.

Em todos os casos, na apresentação deste relatório vão ser usados indicadores que avaliem a dinâmica de evolução da área do AECT face às áreas de referência, dado que a sua situação básica em tamanho, população, superfície, número de empresas... é suficientemente conhecida a partir da informação facultada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em Portugal e pelo Instituto Galego de Estatística (IGE) na Galiza. Este relatório centra-se na informação que representa uma maior novidade para a análise do território.

Normalmente, para efeitos de estudos anuais, usa-se a informação de 2019, que é a última disponível para todos os concelhos do AECT. Sempre que se usar informação de outro ano, isso aparecerá convenientemente referido.

Em cada secção serão expostos dois aspetos: a evolução dos indicadores no AECT, que permite observar como tem sido a dinâmica de comportamento da área, e a comparação com a Galiza e Portugal, que permite determinar a sua posição competitiva.

TERRITÓRIO, POPULAÇÃO E HABITAÇÃO

Ao longo dos últimos anos, a população do conjunto do AECT apresenta um ligeiro decréscimo, passando de 370 123 habitantes em 2015 para 363 104 em 2020. Neste último ano, 2020, registou-se o primeiro aumento da população no território, talvez relacionado com a deslocalização das cidades provocada pela COVID-19, ou então com a decisão de declarar como oficiais residências nos concelhos do AECT que anteriormente não o eram.

Independentemente dos dados básicos, já conhecidos por outras fontes oficiais, para melhor caracterizarmos a situação do AECT e a contrastarmos face às áreas que a contêm em aspetos relativos à população, serão usados dois indicadores que permitem avaliar a dinâmica de evolução do território: o índice de dependência e o índice de renovação.

O índice de dependência é o resultado da divisão da população que não está em idade ativa (a situada, por convenção estatística, entre menos de 16 anos e mais de 64) e a população situada entre os 16 e os 64 anos, idades identificadas, também por convenção, como correspondentes à população potencialmente ativa.

Este primeiro indicador mostra se a população ativa do AECT tem de suportar um peso muito elevado relativamente ao resto da população, indicando as necessidades de serviços públicos para dar resposta às pessoas que, pela sua idade, não se encontram em condições de trabalhar.

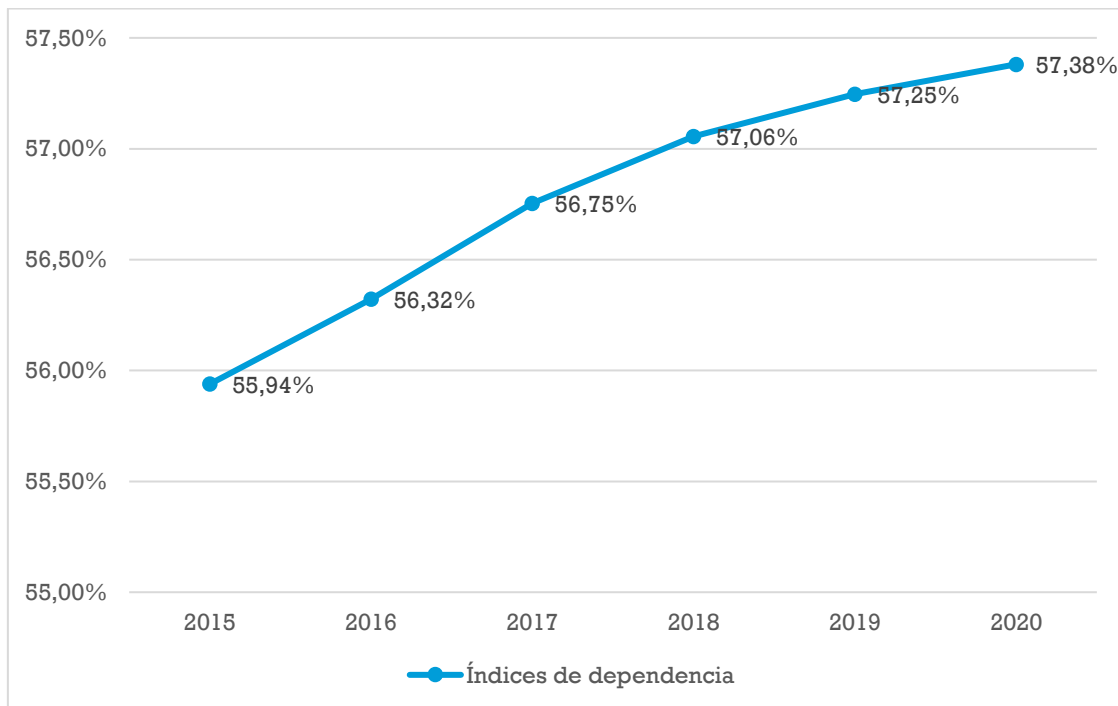


ILUSTRAÇÃO 2: ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA NO AECT

A Ilustração 2 indica a evolução do índice de dependência no AECT. Observa-se que há um crescimento continuado que vai de valores próximos dos 56 % até valores superiores a 57 %. Este aumento da dependência pode ter efeitos negativos na economia da região, principalmente se afetar os sistemas de pensões. Para isto é conveniente analisar o comportamento do número de jovens, aspeto que se estuda com o índice de renovação.

O índice de renovação indica a capacidade que o território tem para renovar a sua população, ou seja, a potencialidade de novas gerações que permitam renovar a situação do território. Define-se como o quociente entre o número de pessoas maiores de 64 anos e o número de jovens menores de 16 anos. Por conseguinte, quando esse indicador é maior do que 1, significa que são necessários mais jovens para renovar a população. Quando é menor do que 1, quer dizer que a população se renova naturalmente.

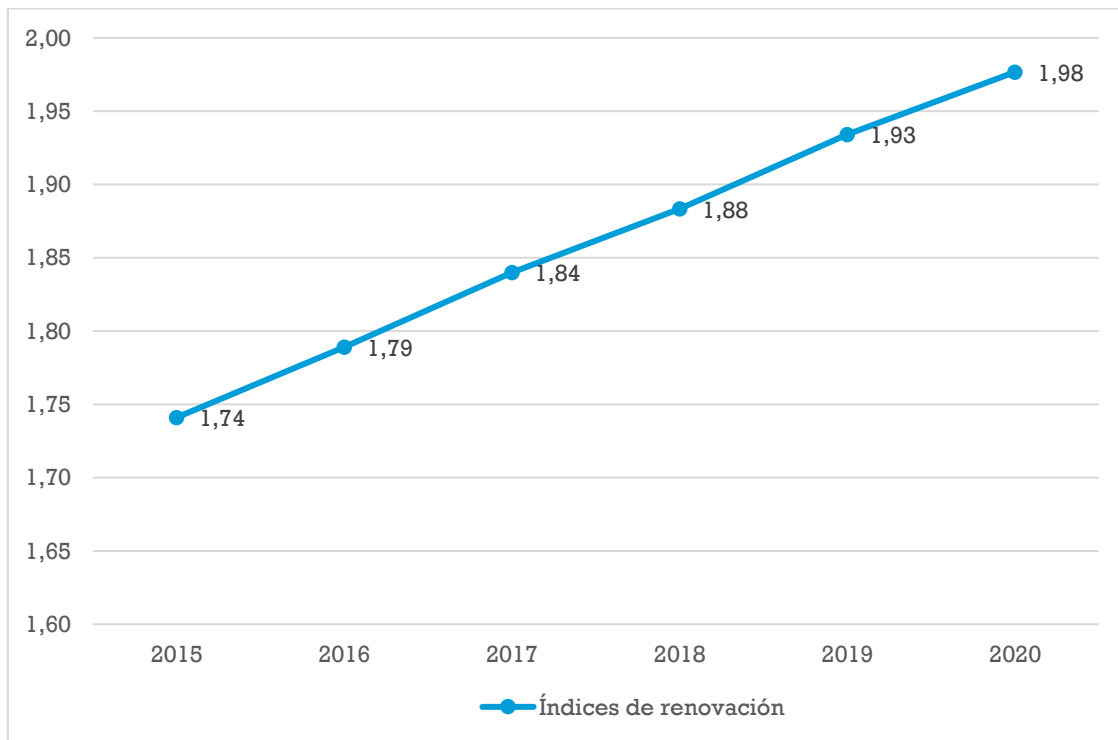


ILUSTRAÇÃO 3: TAXA DE RENOVAÇÃO DA POPULAÇÃO NO AECT

A Ilustração 3 revela a evolução da taxa de renovação da população no AECT entre 2015 e 2020. Vê-se claramente que o índice em causa vai de 1,74 até 1,98, com um aumento de 13 % nesses anos. Todos os valores são maiores do que 1 e próximos de 2, o que significa que seria necessário quase duplicar a população de jovens para renovar a população.

A soma de ambos os índices revela a existência de um grave problema no AECT relativamente ao futuro da população do território.

A Ilustração 4 mostra a representação gráfica de ambos os índices e da situação do AECT relativamente à Galiza e a Portugal no seu conjunto.

Em ambos os casos podemos observar uma situação intermédia da área visada face às outras duas, mas ambas as áreas apresentam diferenças que é importante salientar, pelo seu possível impacto no próprio AECT.

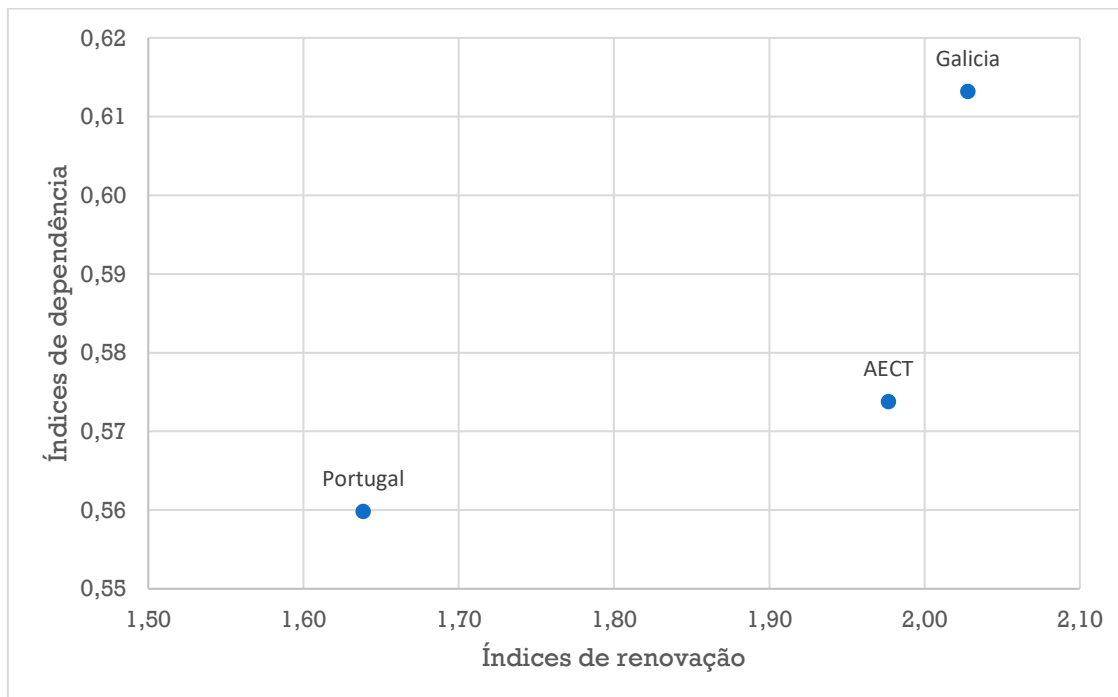


ILUSTRAÇÃO 4: DINÂMICA DA POPULAÇÃO EM 2019

Os índices de dependência são bastante semelhantes, oscilando entre 0,56 em Portugal e 0,62 na Galiza. Isto significa que em todos os casos a dependência está acima de 50 %, o que indica que há menos população em idade ativa laboral. Todavia, a visão não estaria completa sem sabermos se essa população que não está em idade de trabalhar é jovem ou reformada. O índice de renovação permite completar essa visão.

Observa-se que o índice de renovação está entre 1,65 em Portugal e 2,03 na Galiza, ou seja, Portugal tem mais capacidade para renovar a sua população, uma vez que tem mais população menor de 16 anos do que maior de 64. Por seu lado, a Galiza necessita de duplicar o número de jovens para renovar sua população, identificando-se um grave problema, visto que vai afetar o sistema de pensões e de apoio aos idosos no futuro, sem possibilidade de renovar a população para lhes dar resposta.

O AECT encontra-se numa posição mais parecida com a galega pelo elevado índice de renovação, mas com um índice de dependência mais próximo do de Portugal.

SAÚDE, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

O segundo campo a ser analisado neste relatório prende-se com a saúde, com o desenvolvimento social e com a qualidade de vida. Escolhemos indicadores que ajudem a avaliar estes aspetos e permitam a comparação com outras áreas. Em particular, optámos por escolher a taxa de assistência sanitária, medida pelo número de pessoal que trabalha em instituições de saúde por cada 1000 habitantes, e a taxa de assistência social, medida pelo número de instituições dedicadas a serviços sociais por cada 1000 habitantes.

O primeiro é um indicador da dotação da saúde do setor público, essencialmente em relação aos habitantes do território, para saber se todos têm condições de assistência sanitária semelhantes. O segundo estabelece a relação com os serviços sociais, e permite comparar a situação específica desses serviços nas áreas analisadas.

Para calcular o primeiro dos indicadores, somam-se todas as pessoas que trabalham em instituições de saúde ou que se dedicam à área da saúde, tal como indicam os Institutos de Estatística da Galiza (IGE) e de Portugal (INE), e divide-se pelo número de habitantes em milhares de pessoas.

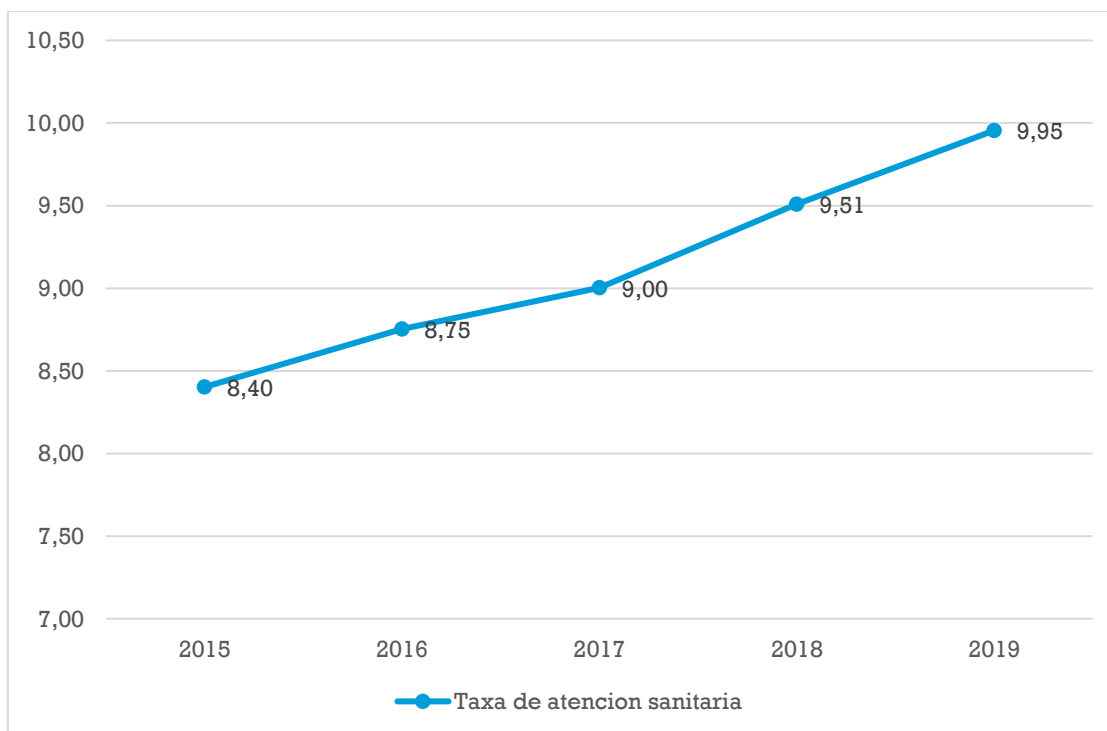


ILUSTRAÇÃO 5. TAXA DE ASSISTÊNCIA SANITÁRIA NO AECT

A Ilustração 5 indica a evolução da taxa de assistência sanitária no AECT entre 2015 e 2019. Observa-se que houve um aumento que vai de 8,95 do pessoal em instituições de saúde por cada 1000 habitantes, até quase 10. Isto indica uma melhoria na dotação da área da saúde do território.

Para o segundo dos indicadores, somam-se as empresas que se dedicam a instituições de assistência social ou a serviços sociais, e dividem-se pelo número de habitantes em milhares de pessoas. A Ilustração 6 mostra a evolução da taxa de assistência social nos últimos anos no AECT.

Observa-se que, embora haja um pequeno decréscimo em 2016, em geral tem aumentado de 0,16 para 0,21, ou seja, que há 0,21 de empresas de serviços sociais por cada 1000 habitantes. Com o aumento da idade média da população é possível que esta taxa não seja suficiente para dar resposta a toda a procura, mas é evidente que há uma melhoria da dotação da saúde no seu conjunto.

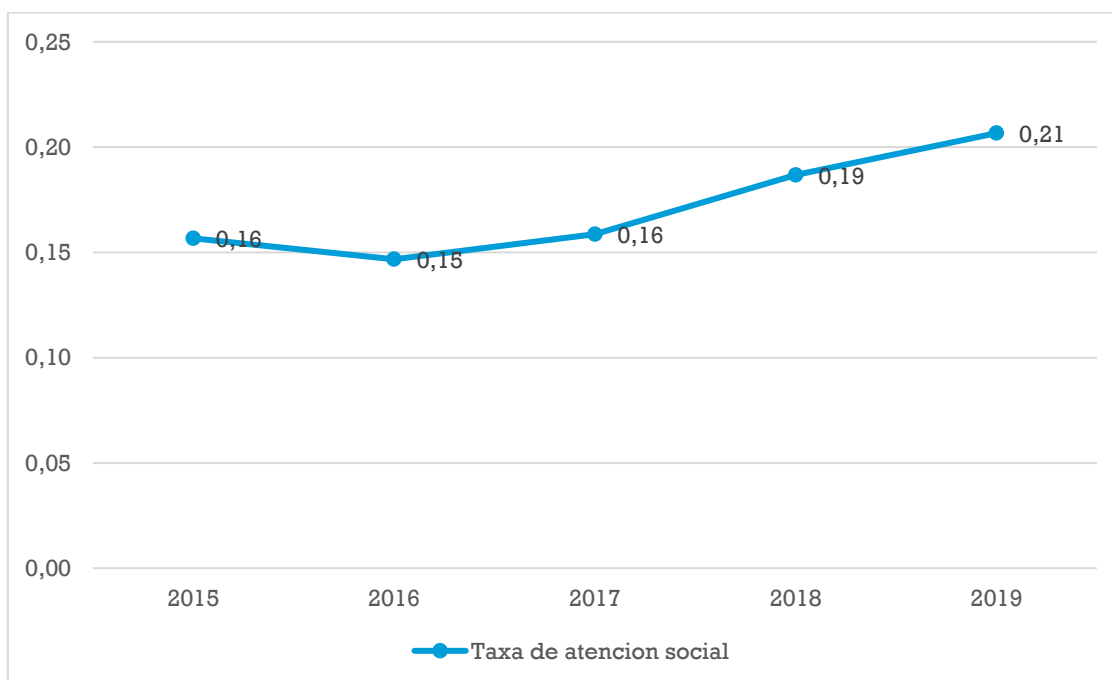


ILUSTRACIÓN 6: TAXA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO AECT

Finalmente, para comparar a situação do AECT com a Galiza e com Portugal, vamos usar a Ilustração 7.

Esta ilustração indica como se situa o AECT relativamente à Galiza e a Portugal nos indicadores selecionados.

No que diz respeito à taxa de assistência sanitária, observa-se que há muitas diferenças entre as áreas analisadas. Portugal está quase nove vezes acima da Galiza, e o AECT situa-se num ponto intermédio, 5 vezes superior à média da Galiza. As diferenças estatísticas são muito relevantes numa prestação básica, e abrem caminho a uma maior análise estatística.

A assistência social, por sua vez, é muito semelhante em quase todas as áreas comparadas, estando o AECT em pior situação relativamente às áreas de referência, onde se encontra apenas com 0,21 empresas por cada mil habitantes.

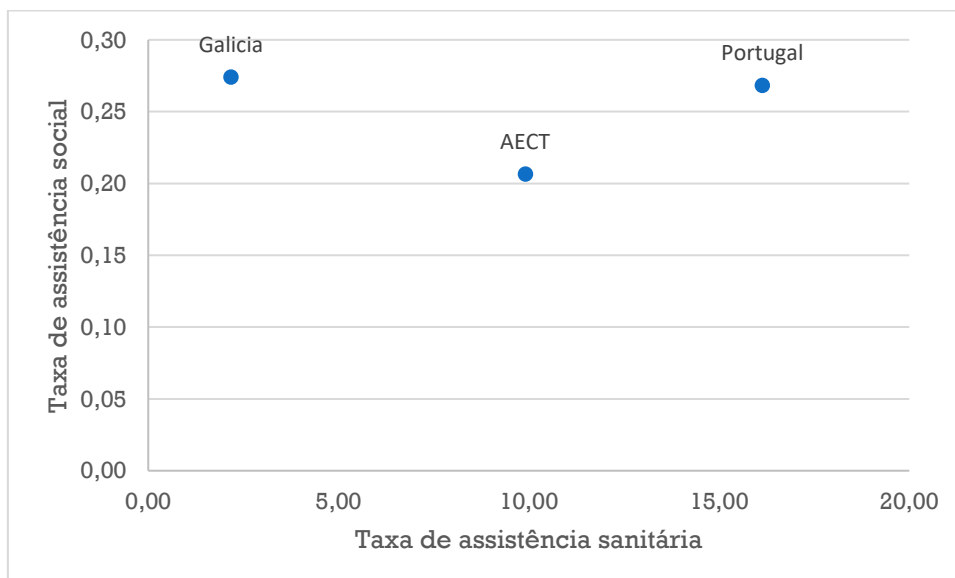


ILUSTRAÇÃO 7: SITUAÇÃO SANITÁRIA E SOCIAL DO AECT EM 2019

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E EMPRESARIAL

O terceiro campo em análise neste relatório refere-se à inovação e ao desenvolvimento económico e empresarial.

Para avaliar estes aspetos compara-se a situação do AECT relativamente às áreas onde se encontra. Para este fim, vão ser usados dois indicadores relativos à taxa de empresarialidade e à capacidade de inovação.

O primeiro desses indicadores evidencia a capacidade que o território tem de gerar empresas. É um indicador da potencialidade do território para gerar riqueza, ao mesmo tempo que mede o potencial de criação de empresas e emprego por parte dos agentes sociais do território. É medido pelo número de empresas existentes por cada mil habitantes. Para o calcularmos, divide-se o número total de empresas do ano pela população em milhares de pessoas.

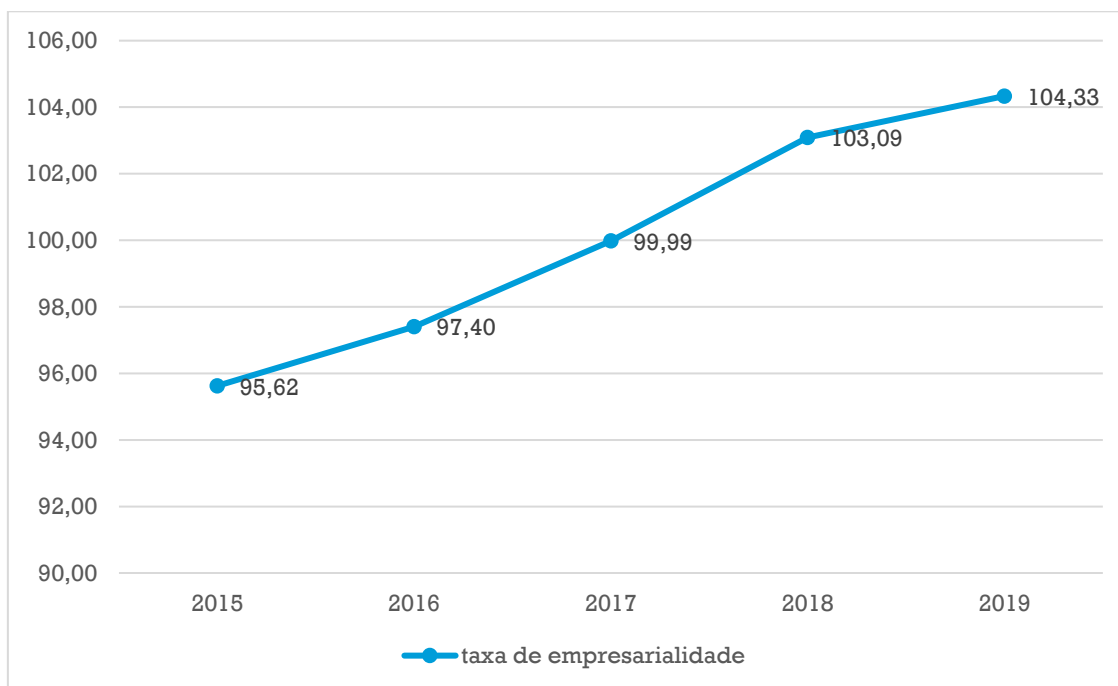


ILUSTRAÇÃO 8. TAXA DE EMPRESARIALIDADE NO AECT

Através da Ilustração 8 podemos constatar que há um aumento da taxa de empresarialidade que vai de 95,6 para 104,3, ou seja, existem mais de 100 empresas por cada 1000 habitantes no território. Estes dados indicam que há uma melhoria da atitude empresarial com potencialidade para o crescimento económico.

Capacidade de inovação entre 2015 e 2019

A capacidade de inovação consiste em medir se o território é capaz de inovar ou não, e as potencialidades presentes nesse aspeto. Para o medirmos, vamos usar o número de empresas dedicadas a atividades de I+D por cada mil habitantes que, de certa forma, é indicativo dos recursos que o território dedica a atividades de I+D.

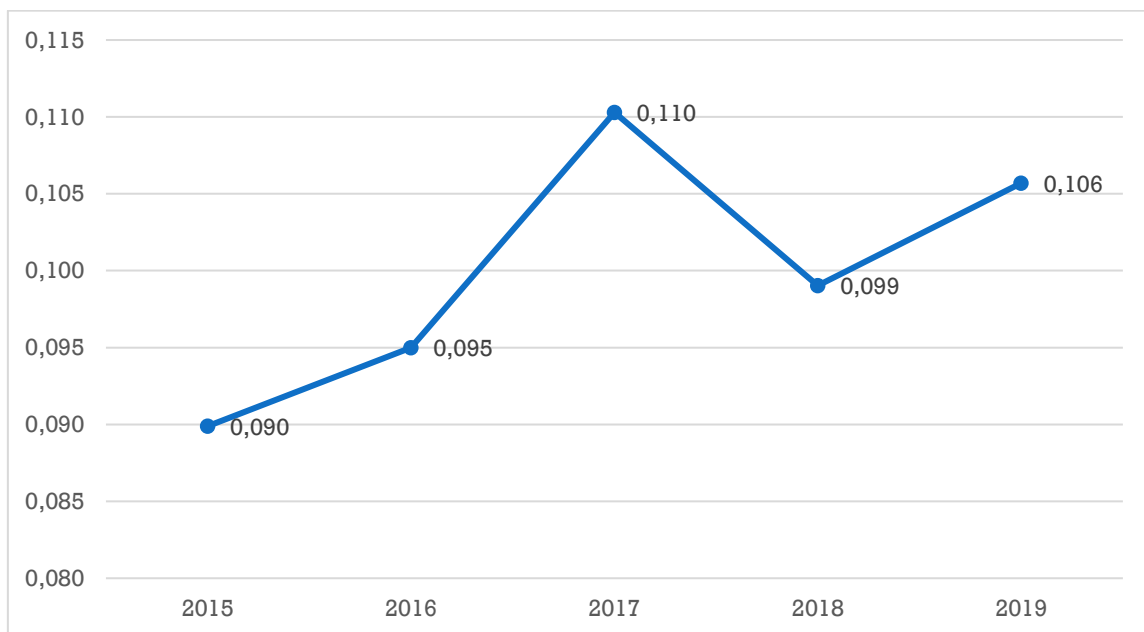


ILUSTRAÇÃO 9: CAPACIDADE DE INOVAÇÃO NO AECT. EMPRESAS DE I+D POR CADA 1.000 HABITANTES.

Na ilustração podemos observar que, à exceção do ano 2018, houve um crescimento continuado da capacidade de inovação do território, indicando uma evolução favorável.

Para estabelecer a comparação entre o AECT, a Galiza e Portugal, representamos conjuntamente os dois indicadores.

A Ilustração 10 mostra a situação do AECT face à Galiza e a Portugal nos indicadores selecionados. Observamos que a taxa de empresarialidade do AECT está entre as da Galiza e de Portugal, sendo a de Portugal superior a todas elas.

No entanto, no que toca a capacidade de inovação, o AECT está abaixo de ambas as áreas. Isto parece lógico, dada a escassez de grandes cidades no AECT por oposição a outros territórios, lugares onde costumam concentrar-se os centros de I+D e as

empresas associadas. O efeito da área metropolitana de Vigo nos concelhos mais próximos (especialmente O Porriño) e a inclusão de Viana do Castelo, mitigam esta descompensação.

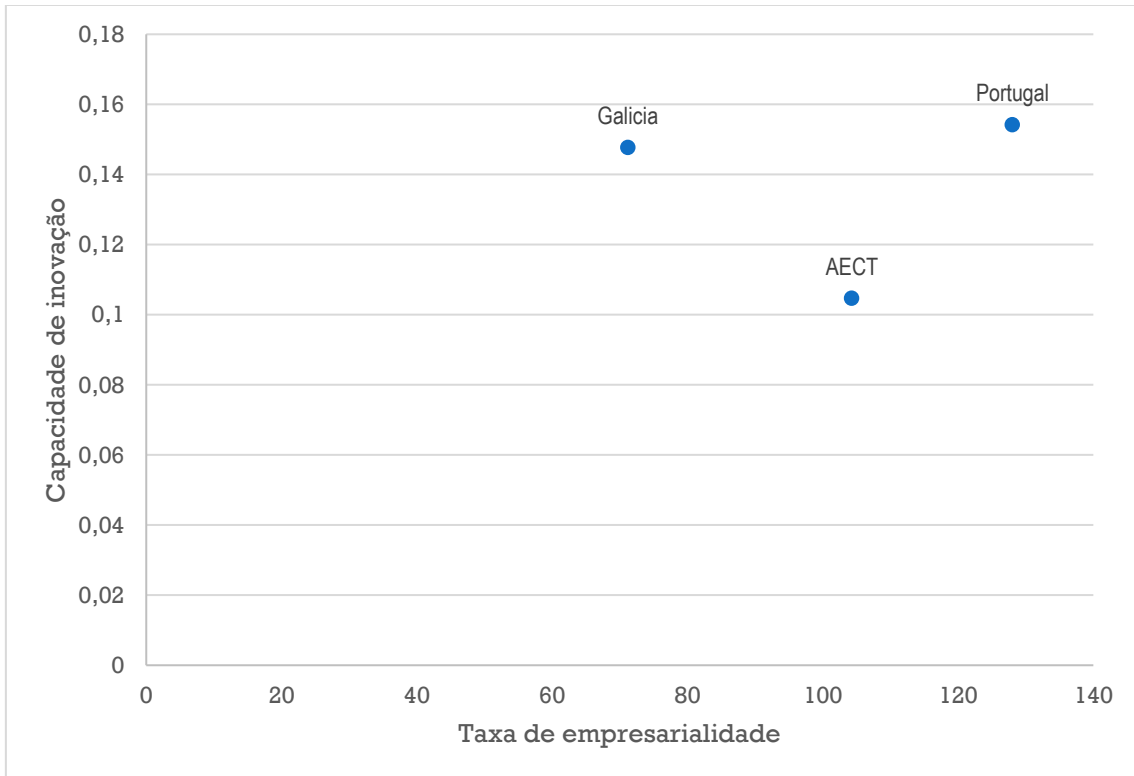


ILUSTRAÇÃO 10: POTENCIAL DE EMPRESARIALIDADE E INOVAÇÃO

TRANSPORTE E MOBILIDADE TRANSFRONTEIRIÇA

Nesta secção analisam-se os aspetos relativos ao transporte e à mobilidade do território. Para os avaliarmos decidimos usar dois indicadores associados à capacidade de mobilidade das pessoas e à capacidade de transporte de mercadorias.

Para medir a capacidade de mobilidade do território, utiliza-se o número de veículos novos por cada mil habitantes, que nos indica se o parque automóvel aumenta em relação aos habitantes do território. O cálculo deste indicador é feito dividindo o número de veículos matriculados no concelho pelo número de habitantes em milhares de pessoas.

A Ilustração 11 mostra o índice de mobilidade no AECT durante os anos 2015 a 2019. Na evolução observamos um certo crescimento em termos gerais, passando de 13,25 veículos por cada 1000 habitantes para 19,13. Este aumento significa uma melhoria na mobilidade, se bem que é um indicador da mobilidade no transporte privado.

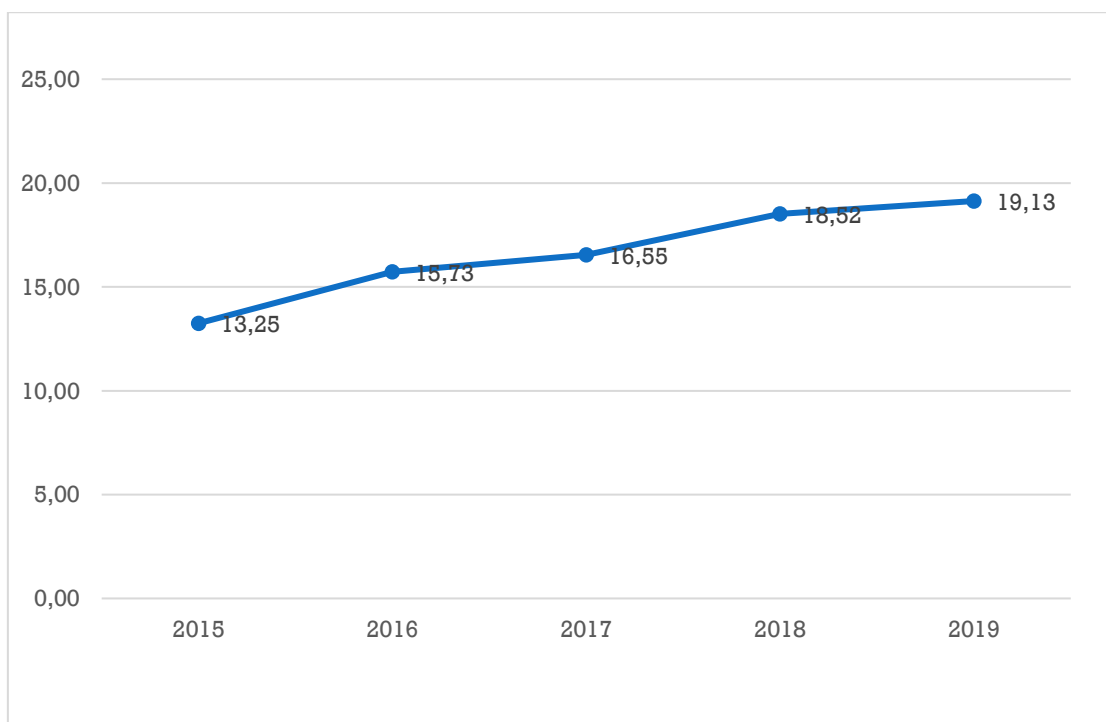


ILUSTRAÇÃO 11: ÍNDICE DE MOBILIDADE NO AECT

O segundo indicador visa avaliar se existe um alto potencial de transporte no território. Para o medirmos usa-se a percentagem de empresas dedicadas ao transporte e ao armazenamento no território relativamente ao número total de empresas. Isto é indicativo de se existem muitas empresas dessa atividade face às outras atividades.

A Ilustração 12 revela o índice de transporte do AECT durante os anos 2015 a 2019. Observa-se uma contínua diminuição do índice na área, o que pode indicar que esta atividade está a perder importância relativamente a outras atividades.

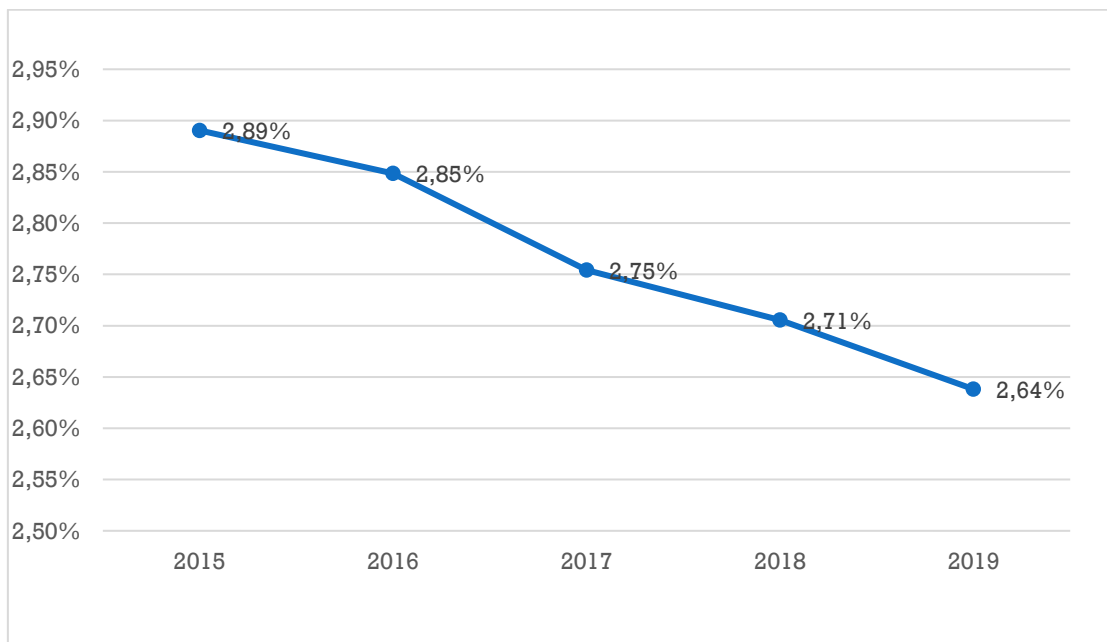


ILUSTRAÇÃO 12: ÍNDICE DE TRANSPORTE NO AECT

O AECT apresenta algumas diferenças nos seus indicadores em relação à Galiza e a Portugal.

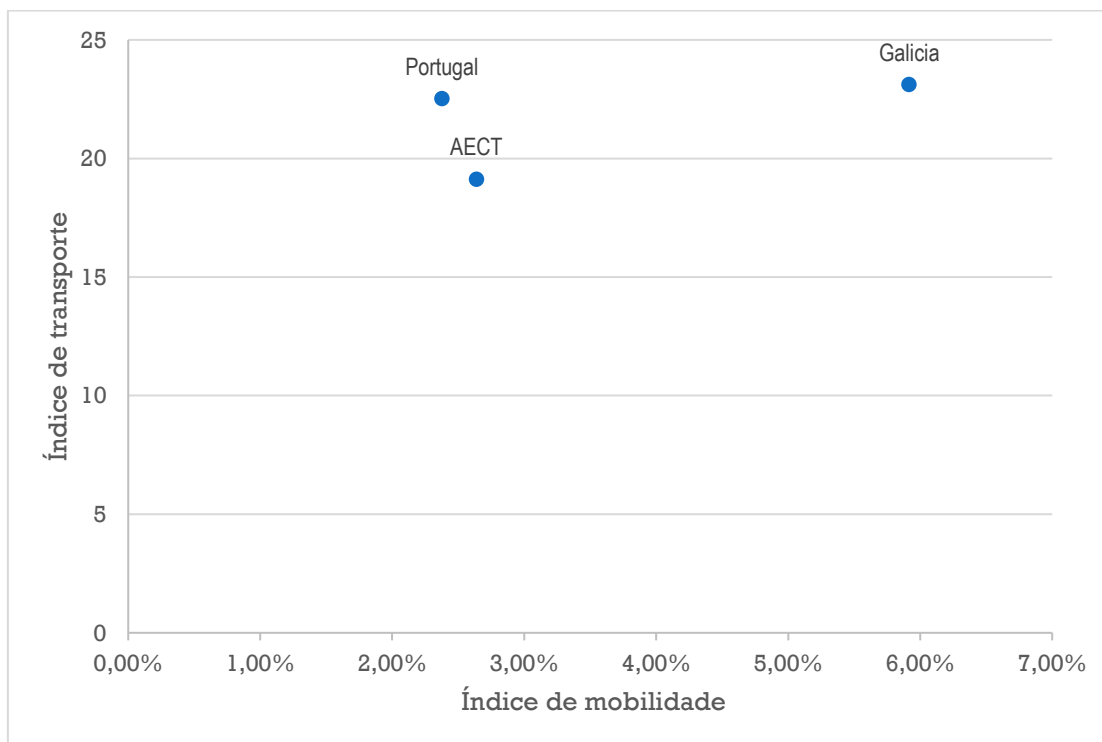


ILUSTRAÇÃO 13: TRANSPORTE E MOBILIDADE

Para observar essas diferenças representamos ambos os indicadores para as áreas em estudo. A Ilustração 13 espelha essa representação. Podemos verificar que a Galiza se encontra acima das outras áreas em ambos os indicadores, o que significa uma maior capacidade de mobilidade e de transporte.

O AECT está acima de Portugal no que diz respeito ao transporte, se bem que apresenta valores muito semelhantes: 2,64 % e 2,38 % respetivamente. Isto indica uma certa capacidade de transporte superior a Portugal, mas inferior à da Galiza.

No que diz respeito ao índice de mobilidade, o AECT situa-se abaixo da Galiza e Portugal, apontando para uma inferior capacidade de mobilidade, tal como foi medida. Possivelmente, as causas podem residir em fatores demográficos, estando relacionados com as rendas ou com a falta de aglomerações urbanas.

EMPREGO E DESEMPREGO

Nesta secção, a nossa intenção é conhecer qual a situação do emprego na área face às áreas de referência. Para tal, usámos dois indicadores que permitem avaliar a dinâmica do emprego no território.

O primeiro é definido como taxa de emprego potencial, e indica se estão a ser criados muitos empregos face à população potencialmente ativa do território. Desta forma, vê-se se a geração de emprego se mantém consoante as potencialidades de atividade existente.

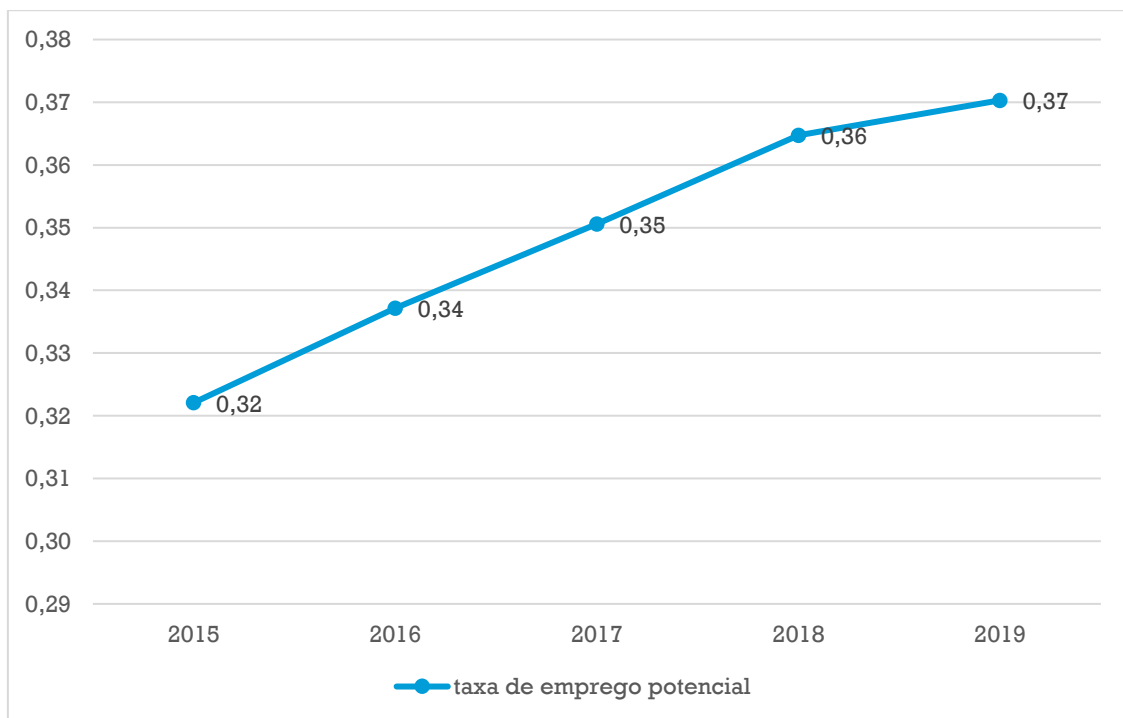


ILUSTRAÇÃO 14. TAXA DE EMPREGO POTENCIAL NO AECT

A Ilustração 14 mostra a forma como a taxa de emprego potencial foi mudando ao longo dos anos 2015 a 2019 no AECT, aumentando de 0,32 até 0,37. Este facto aponta para uma melhoria no emprego, se bem que ainda não chega a metade da população potencialmente ativa.

O segundo indicador mede a taxa de crescimento do emprego, e aponta se a evolução é positiva ou negativa no seu conjunto.

A Ilustração 15 mostra a evolução do emprego no AECT durante os anos 2015 a 2019. Observando esta ilustração, podemos constatar que as taxas de crescimento estiveram situadas em redor dos 3 %, salvo em 2019, quando desceu para 1,1 %, o que indica um abrandamento na criação de emprego.

Tal como em secções anteriores, para comparar a situação do AECT com a Galiza e Portugal fazemos uma representação conjunta de ambos os indicadores.

Os valores destes indicadores são revelados na Ilustração 16. Nela observa-se a situação que o AECT apresenta face às outras áreas.

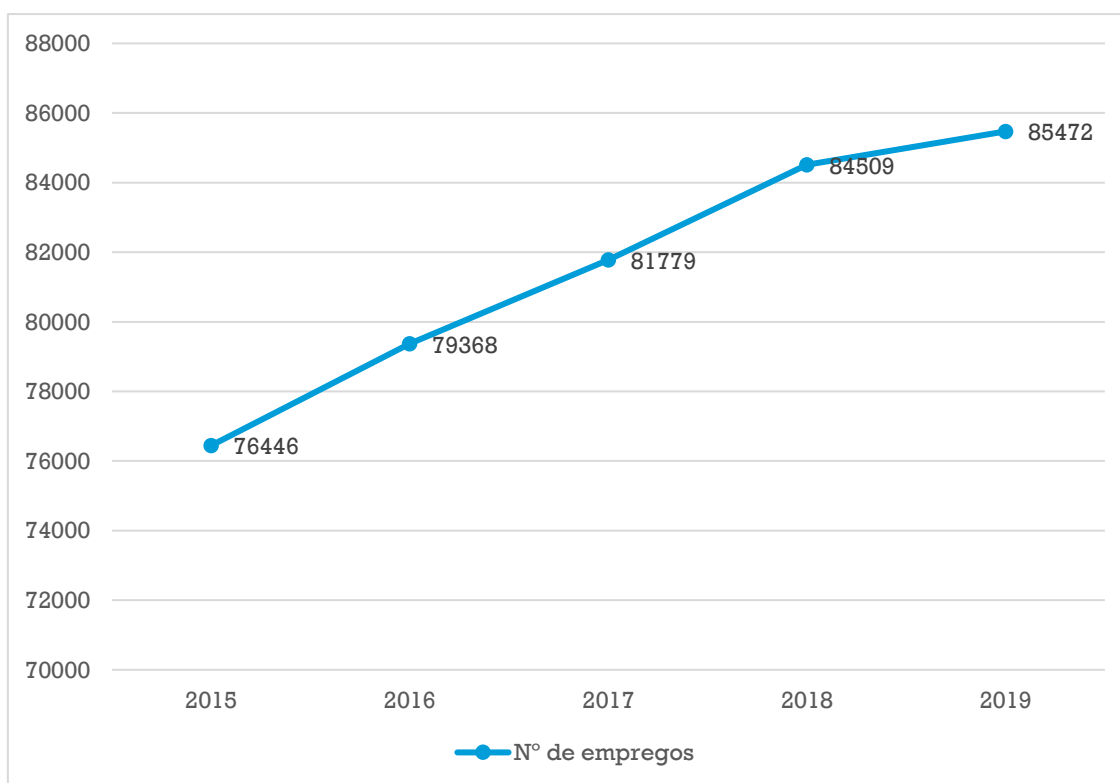


ILUSTRAÇÃO 15: EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO AECT

A Galiza aparece como a mais bem situada, tanto em emprego potencial como em crescimento em 2019, embora as três áreas tenham taxas bastante semelhantes, situando-se entre 1,14 % e 1,28 %. O AECT apresenta uma taxa de emprego potencial mais alta do que a de Portugal, apesar de a sua taxa de crescimento de emprego ser inferior.

As taxas potenciais de Portugal e do AECT não chegam a 50 % da população potencialmente ativa, o que significa que mais de metade da população tem possibilidades de ter emprego que não tinha nesse período de tempo. No caso galego isso não acontece, estando no seu conjunto acima de 60 % de ocupação relativamente aos potenciais trabalhadores.

A comparação anterior deve ser relativizada com as taxas de desemprego, menores em Portugal do que na Galiza. O emprego estaria a crescer mais na Galiza, partindo de um desemprego maior do que o português. A explicação para uma maior taxa de emprego potencial no caso galego face ao português estaria numa maior percentagem de população ativa relativamente às mesmas faixas etárias. Isto é, as taxas de emprego e de desemprego são maiores ao mesmo tempo porque o rácio de população ativa é maior em relação à população total.

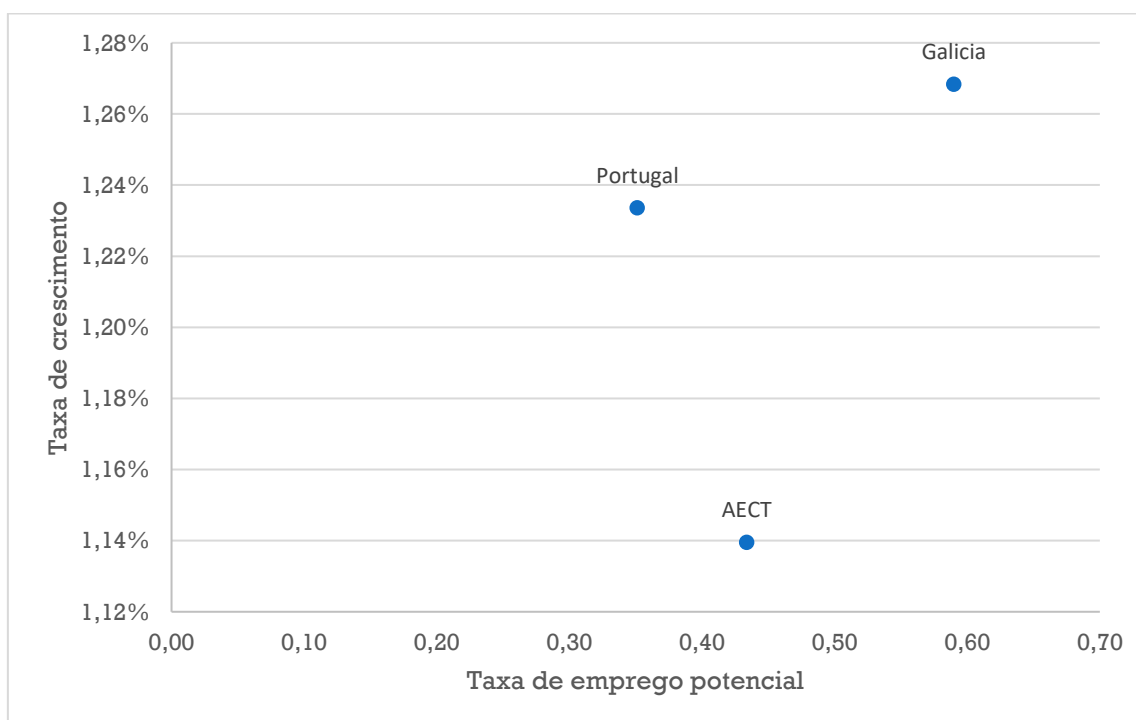


ILUSTRAÇÃO 16. EVOLUÇÃO DO EMPREGO

Quanto a aspetos positivos, podemos observar que as três taxas de crescimento são superiores a 1, o que indica que se está a criar emprego nos três territórios, vislumbrando-se uma dinâmica positiva quanto à evolução futura do emprego.

INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

O conjunto de serviços públicos do território tem uma importante componente municipal. Por esse motivo, para avaliar a situação dos serviços públicos no âmbito local, usamos indicadores associados aos orçamentos dos municípios.

O primeiro refere-se ao rendimento *per capita*, ou seja, à contribuição municipal por habitante, que dá ideia do peso que o conjunto de fontes de financiamento do concelho tem para poder proporcionar serviços públicos aos habitantes do território.

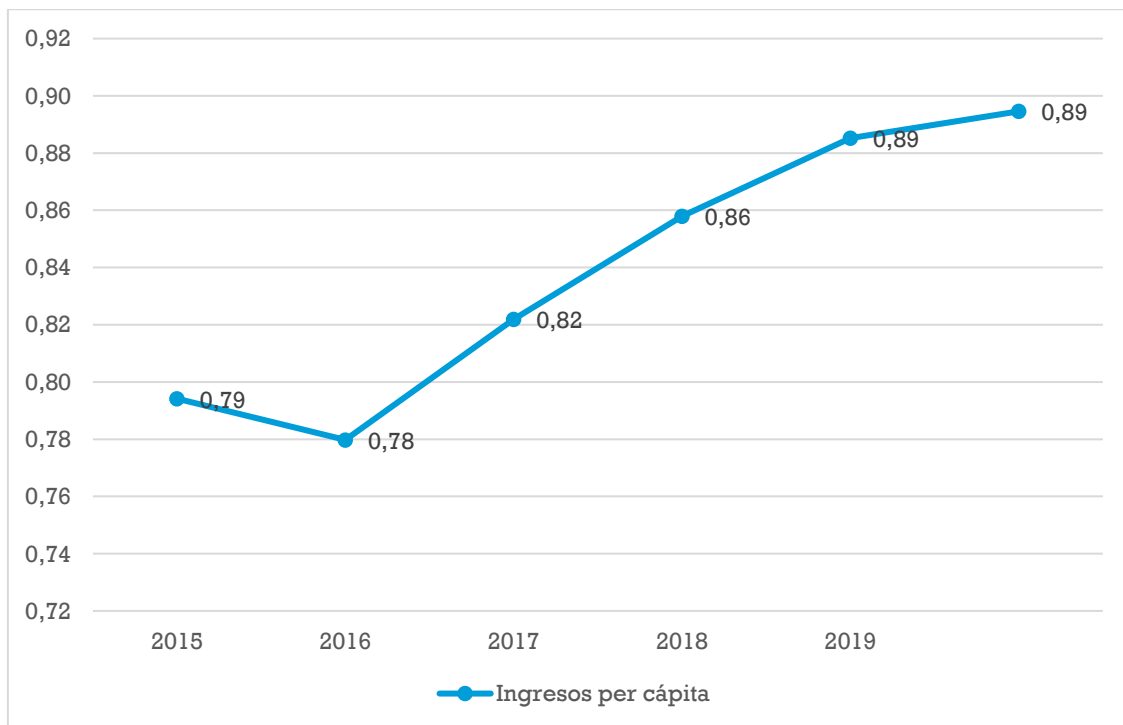


ILUSTRAÇÃO 17: RENDIMENTOS ORÇAMENTADOS *PER CAPITA* NO AECT

A Ilustração 17 revela a evolução dos rendimentos orçamentados *per capita* no AECT durante os anos 2015 a 2019. Observa-se uma tendência crescente, exceto em 2016, em que há um certo abrandamento. Isto indica uma melhoria ao longo do tempo no que diz respeito ao financiamento municipal.

O segundo dos indicadores faz referência às despesas *per capita*, ou seja, a quantia de dinheiro que o concelho está realmente a investir na melhoria dos serviços públicos em prol dos habitantes do território.

A evolução das despesas orçamentadas *per capita* no AECT durante os anos 2015 a 2019 aparece na Ilustração 18. Nela podemos observar que as despesas foram crescendo ao longo de todo o período, o que é indicador de um esforço por parte do setor público para servir melhor os cidadãos.

Como não podia ser de outra forma, existe uma forte correspondência entre rendimentos e despesas municipais, sendo as diferenças atribuíveis à poupança ou não dos concelhos, e a questões contabilísticas pontuais, como a periodificação de determinadas despesas ou rendimentos.

Neste caso, durante todos os anos da série temporal regista-se uma poupança nos concelhos, resultado da regulamentação pública em ambos os países. Salientamos que, para 2019, ambos os montantes (rendimentos e despesas) tendem a equilibrar-se em torno de um aumento claro da despesa face a anos anteriores.

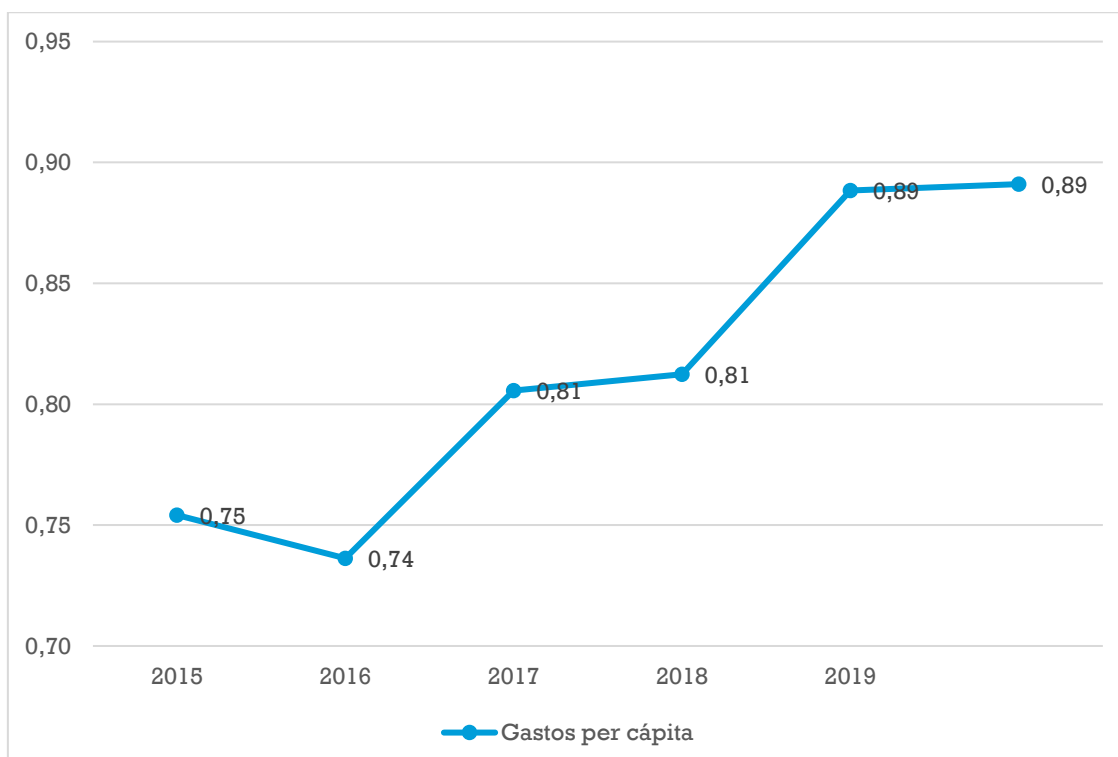


ILUSTRAÇÃO 18: DESPESAS ORÇAMENTADAS *PER CAPITA* NO AECT

Para compararmos a situação do AECT com a Galiza e Portugal, vamos analisar conjuntamente ambos os indicadores.

A Ilustração 19 mostra a representação conjunta dos rendimentos e das despesas orçamentadas municipais *per capita* nas três áreas analisadas. Os dados são em milhares de euros por habitante.

Podemos observar que, na Galiza, o montante de rendimentos e despesas é maior por habitante, seguido do AECT e de Portugal.

O que acabou de ser referido deve ser interpretado com base nas diferenças de rendimento *per capita* entre os habitantes das distintas áreas. O rendimento e a despesa municipal *per capita* é maior onde também o é o rendimento *per capita*, neste caso, na Galiza. Contudo, por sua vez, a paridade de poder de compra relativiza essas diferenças, dado que os preços são mais altos, em termos gerais, nos lugares onde o rendimento também o é.

Os rendimentos municipais variam entre 800 e 940 euros por habitante, indicando a quantia de dinheiro que os concelhos estão a obter para financiar os serviços públicos.

De modo semelhante, as despesas variam entre 750 e 900 euros por habitante, um pouco menos do que os rendimentos, mostrando a quantidade de recursos que os concelhos dedicam a financiar serviços públicos para os habitantes do seu território.

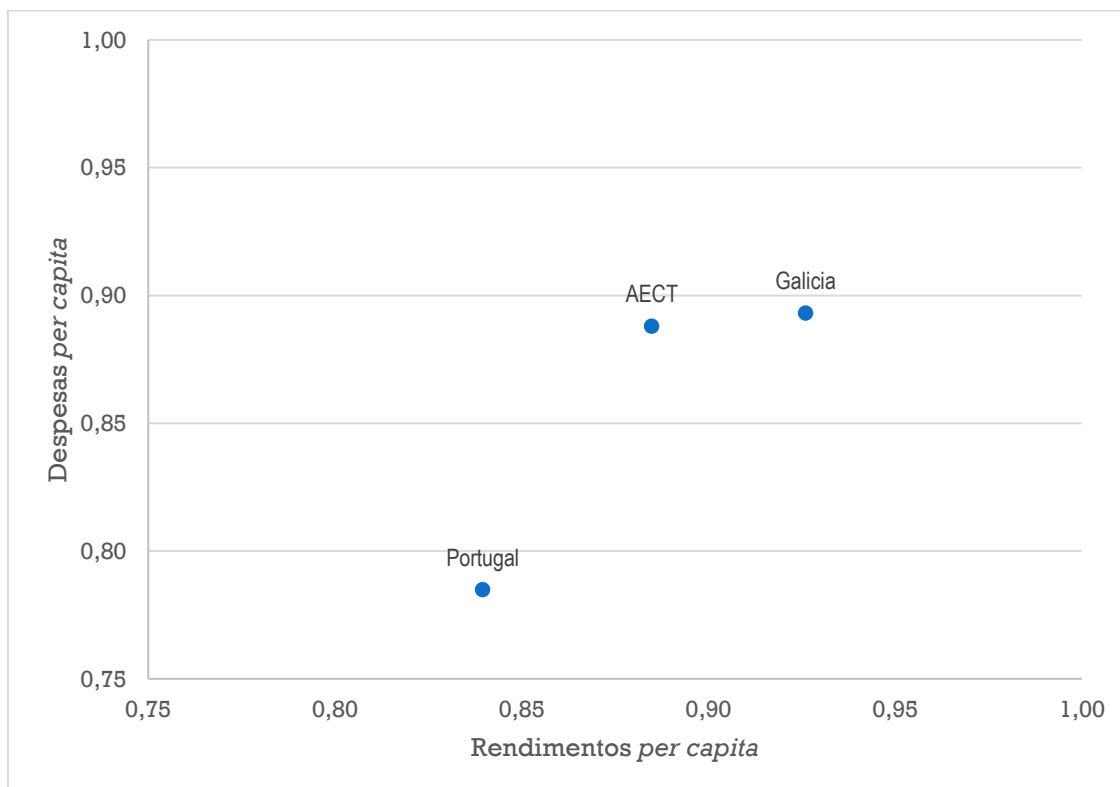


ILUSTRAÇÃO 19. RENDIMENTOS E DESPESAS ORÇAMENTADOS PER CAPITA.

No seu conjunto, a comparação situa uma poupança bruta para o conjunto dos concelhos, tanto para os portugueses como para os galegos no seu conjunto. É importante destacar que essa poupança é inferior nos concelhos do AECT, onde os rendimentos superam as despesas, porém a diferença é pequena. Isto pode observar-se graficamente, apreciando como a posição do AECT na Ilustração 19 é a que se situa mais à esquerda e próxima da diagonal entre o eixo de abcissas e o eixo de ordenadas.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Tenhamos em conta, como dado de partida, que o número de estudantes do AECT passou de 49 905 em 2015 para 45903 em 2019, indicativo do envelhecimento demográfico e da ligeira perda de população que se verificou no território nestes anos.

Nesta secção analisam-se alguns indicadores para procurar avaliar a dotação da educação. Com esta intenção, seleccionam-se dois indicadores: a taxa empresarial de educação e a densidade educativa.

O primeiro pretende medir o potencial de criação de instituições educativas que efetivam a formação dos habitantes do território. Mede-se pelo número de instituições educativas que existem no território por cada 1000 habitantes. Calcula-se dividindo o número de instituições educativas pelo número de habitantes em milhares de pessoas.

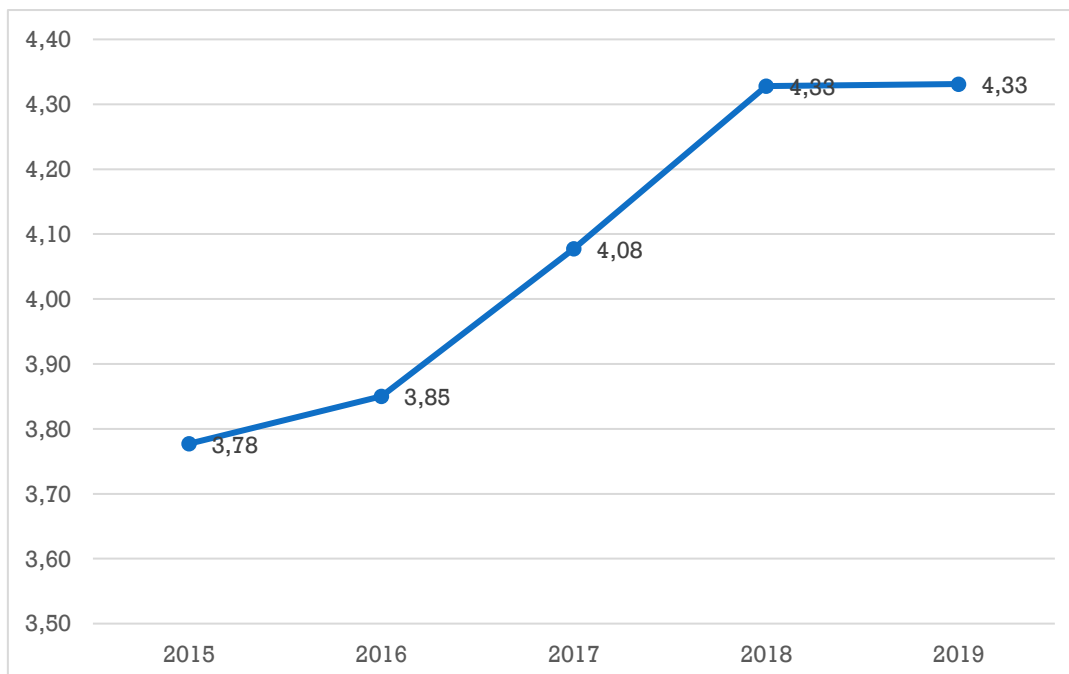


ILUSTRAÇÃO 20: TAXA INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO NO AECT

Para podermos ver a sua evolução, servimo-nos da Ilustração 20. Nela observamos que se produziu um crescimento até 2018, e que este se estabilizou em 2019. Isto indica uma melhoria na dotação educativa do AECT.

O segundo avalia quantas instituições educativas existem no território por cada km² de superfície, indicando a dificuldade ou facilidade de acesso, em média, para frequentar as instituições, para cada habitante do território.

A Ilustração 21 mostra a evolução da densidade educativa no AECT durante os últimos anos. A ilustração revela que há um decréscimo continuado do número de instituições, possivelmente ligado à diminuição do número de alunos no AECT. Neste sentido, a dificuldade de acesso às instituições vai aumentando, o que aponta para um agravamento na dotação educativa do território.

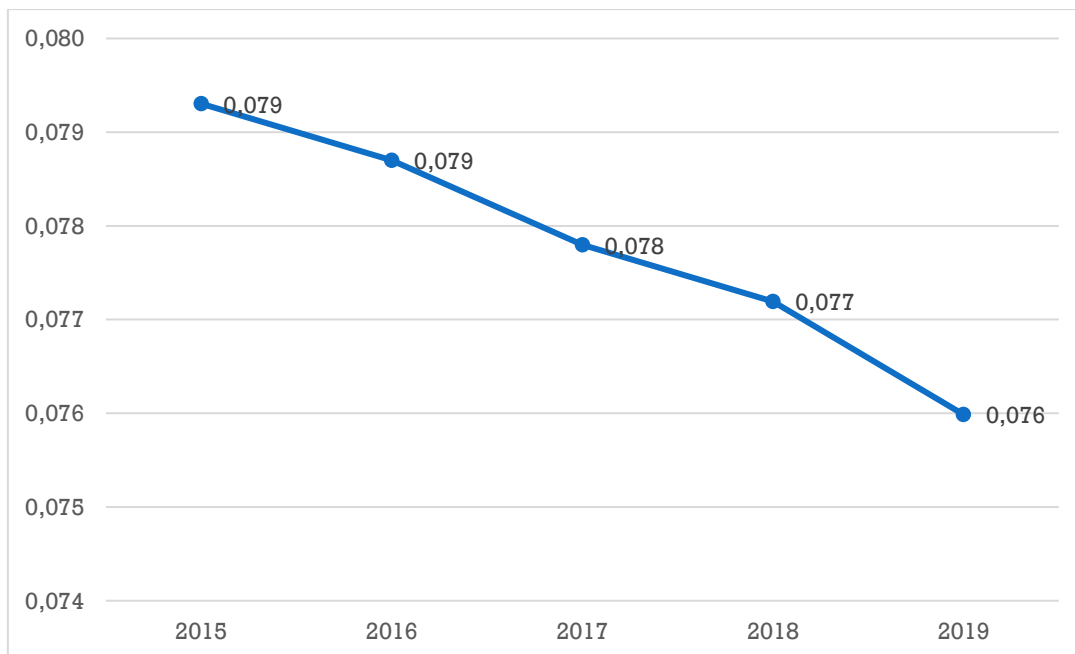


ILUSTRAÇÃO 21: DENSIDADE EDUCATIVA NO AECT

Para estabelecer a comparação com a Galiza e Portugal, representam-se conjuntamente ambos os indicadores para os três territórios.

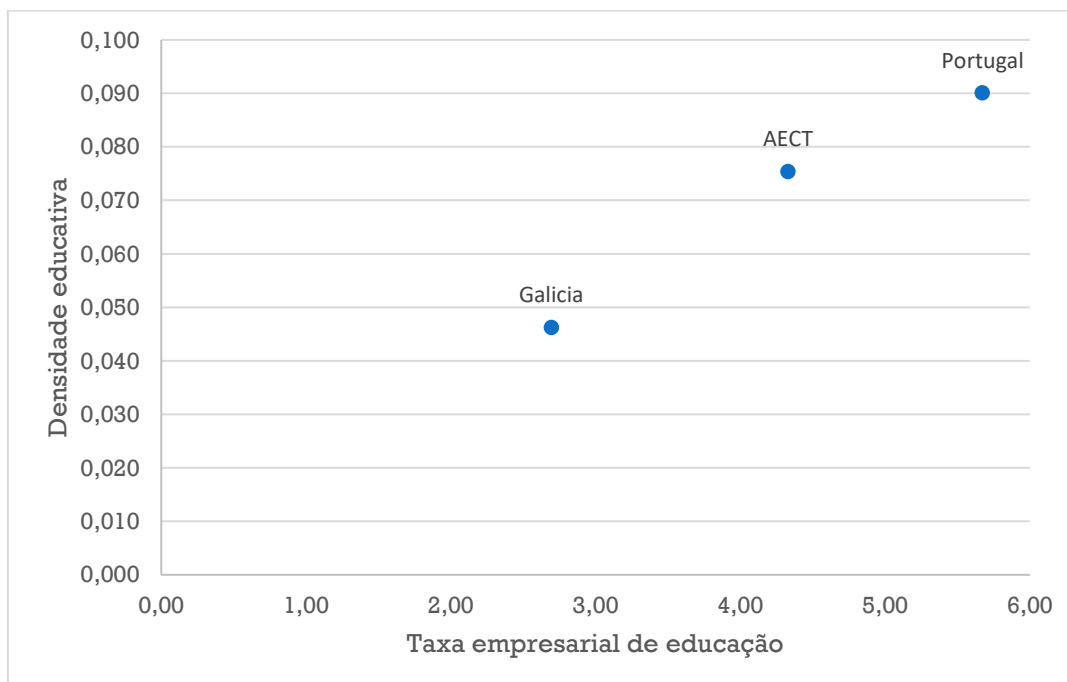


ILUSTRAÇÃO 22: DOTAÇÃO EDUCATIVA DO TERRITÓRIO

A Ilustração 22 revela a visão dos indicadores nas três áreas analisadas.

O AECT tem uma taxa institucional de educação de 4,33 instituições por cada 1000 habitantes, um pouco inferior ao 5,67 de Portugal, mas superior ao 2,7 da Galiza.

A densidade educativa do AECT é de 0,075 instituições por cada km², o que indica que existe uma certa dificuldade de acesso por parte do mundo rural, mais ainda tendo em conta a grande dispersão da população no território. No entanto, a situação na Galiza é pior, pois não chega a 0,05 instituições por km². Portugal tem a melhor dotação, com 0,09 instituições por km², mas em todos os casos as dotações parecem limitadas para o território que abrangem.

Dentro do conjunto, Portugal é o mais dotado em ambos os aspetos, e a Galiza o menos dotado. O AECT situa-se numa posição intermédia. É provável que na origem das diferenças esteja a situação demográfica, com um maior envelhecimento da população no caso galego, face ao AECT e a Portugal. A concentração da população no litoral e nas áreas urbanas também é relevante, mas partilhada por toda a fachada atlântica. O reduzido número de crianças em idade escolar será um fator contra a distribuição de instituições, e estará por detrás do fecho de muitas escolas nas zonas rurais.

CIDADANIA E CULTURA

Esta secção analisa a situação do AECT nos campos relativos à cultura e à cidadania. Para esta análise usamos dois indicadores que revelam aspetos relevantes acerca deste assunto.

O primeiro, que se define como taxa institucional de cultura, indica o número de instituições em atividades de bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais que existem no território por cada 1000 habitantes, ou seja, a iniciativa institucional de aspetos essencialmente culturais abertos ao público.

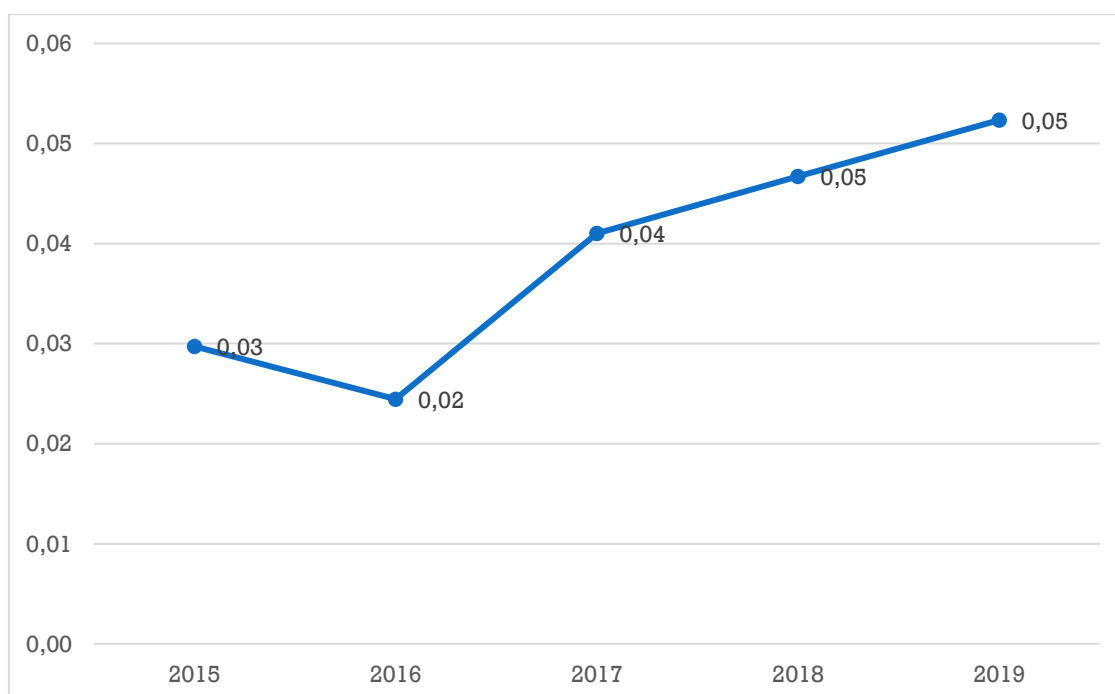


ILUSTRAÇÃO 23: TAXA INSTITUCIONAL DE CULTURA

A Ilustração 23 mostra a evolução durante os últimos anos da referida taxa para o conjunto do AECT. Nesta ilustração aprecia-se que, apesar de ter havido um pequeno decréscimo em 2016, em geral esta taxa foi aumentando todos os anos até chegar ao atual 0,05. É, no entanto, uma quantidade pequena se tivermos em conta todo o território, pois praticamente significa 5 instituições como museus, bibliotecas, arquivos ou outras atividades culturais por cada 100 000 habitantes.

O segundo indicador é a taxa institucional de desporto, que indica o número de instituições do ramo de atividades desportivas, recreativas e de entretenimento que há

no território por cada 1000 habitantes. Estas são mais numerosas do que no caso anterior.

A Ilustração 24 revela a evolução da taxa institucional de desporto nos anos 2015 a 2019. Podemos observar que é crescente, exceto em 2019 quando se produz um ligeiro decréscimo, embora seja praticamente estável, sendo de 0,96 instituições por cada 1000 habitantes. Estas dotações são um pouco mais comuns do que as de atividades culturais.

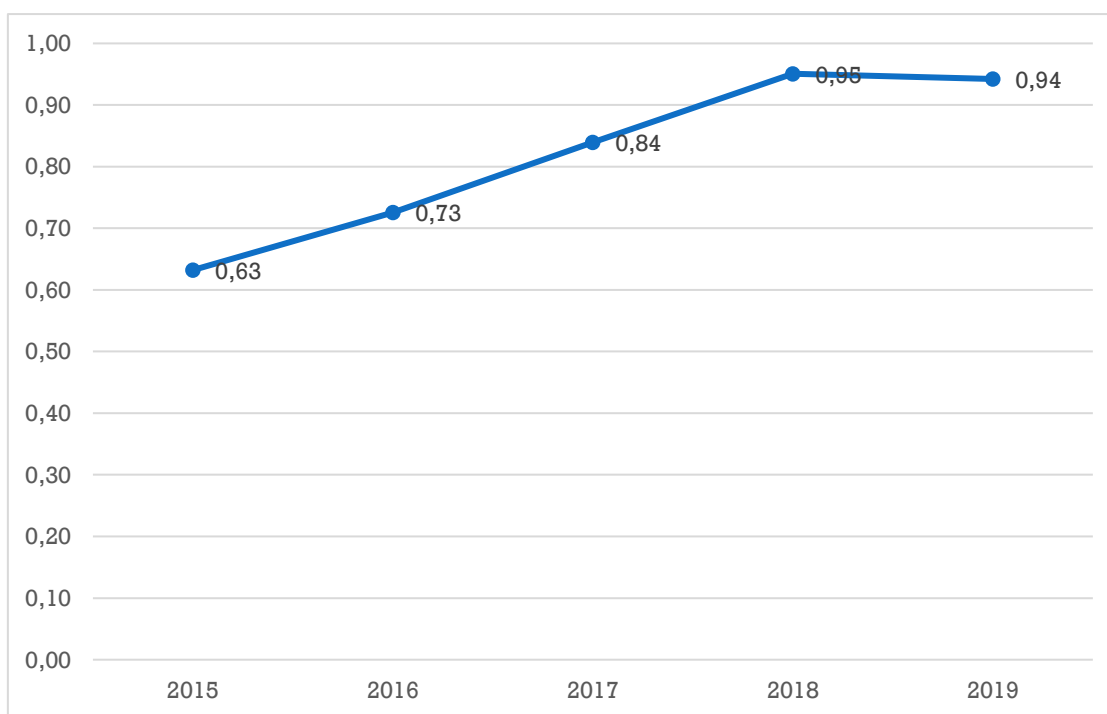


ILUSTRAÇÃO 24: TAXA INSTITUCIONAL DE DESPORTO

Finalmente, para comparar o AECT com as áreas de referência, usaremos a Ilustração 25. Nela podemos observar que há uma relação decrescente entre ambas as taxas. Enquanto em Portugal é maior a taxa institucional de desporto, na Galiza é maior a taxa institucional de cultura, estando o AECT numa posição intermédia, embora os valores estejam mais próximos da Galiza do que de Portugal.

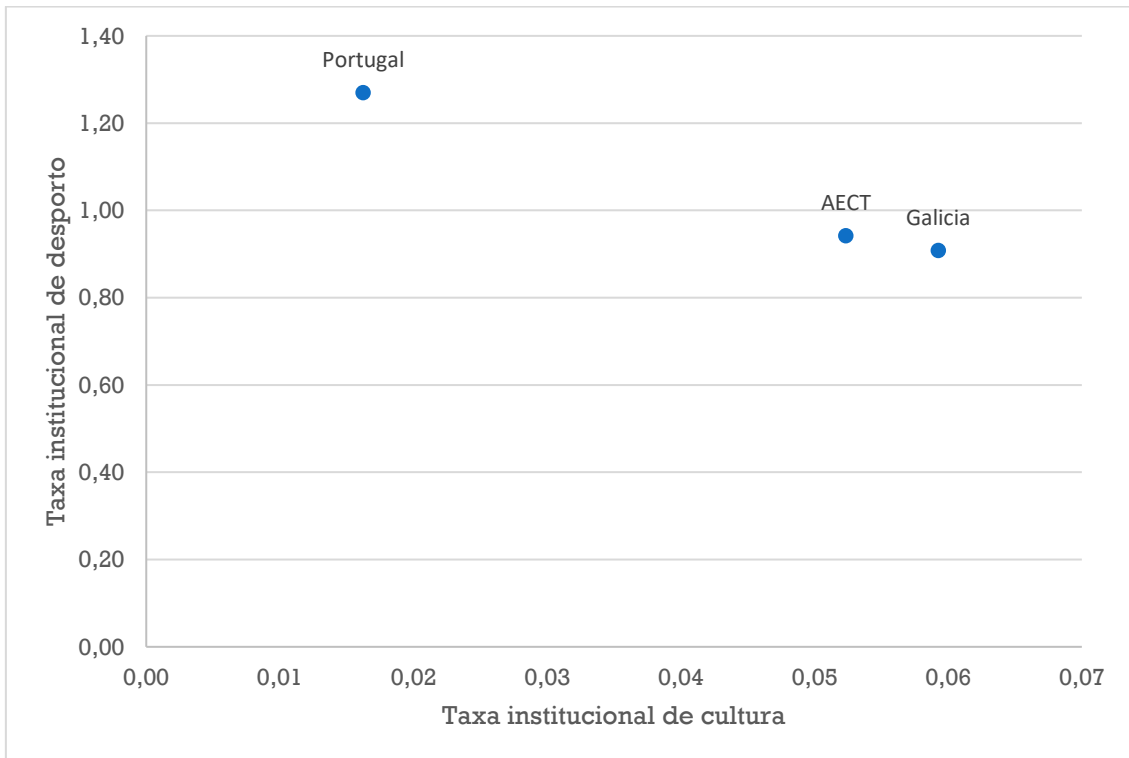


ILUSTRAÇÃO 25: TAXAS DE CULTURA E DESPORTO

AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Esta secção é dedicada a conhecer a situação do AECT em aspetos relativos ao desenvolvimento sustentável e ao ambiente. Dada a diversidade de indicadores possíveis, optámos por considerar dois que permitem ter uma visão global deste tema e que evidenciam algumas das particularidades do território.

O primeiro indica a percentagem de superfície pertencente à Rede Natura no território. É um indicador da quantidade de espaço que se dedica a parques naturais e à conservação do meio ambiente, evidenciando um claro aspeto da preocupação ambiental por parte das autoridades do território.

A Ilustração 26 revela a evolução desta percentagem ao longo dos últimos anos. A ilustração revela que a percentagem foi estável, situada em 19,6 %, à exceção do último ano em que aumentou ligeiramente para 19,8 %.

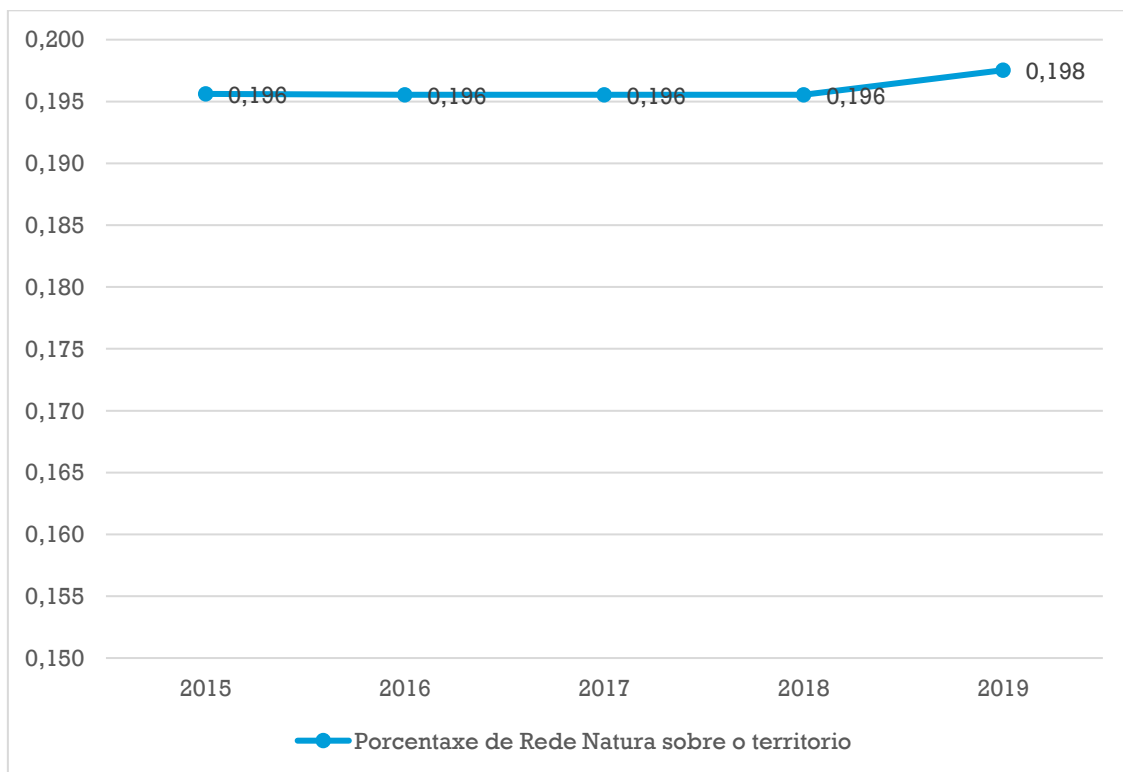


ILUSTRAÇÃO 26: PERCENTAGEM DE SUPERFÍCIE DEDICADA À REDE NATURA

O segundo dos indicadores faz referência aos recursos naturais disponíveis. Para os avaliarmos, vamos utilizar a taxa de empresarialidade em recursos naturais, que mede o número de empresas dedicadas à extração de recursos naturais no território por cada 100 habitantes.

A Ilustração 27 mostra a evolução desta taxa durante os anos 2015 a 2019. Observa-se que esta vai diminuindo, o que é um indicador do possível esgotamento dos recursos naturais ou do abandono da sua exploração.

Também é um sintoma do abandono do campo por parte dos empresários, o que pode constituir uma grave deficiência do território, em que se devem procurar soluções de acordo com a situação específica da zona.

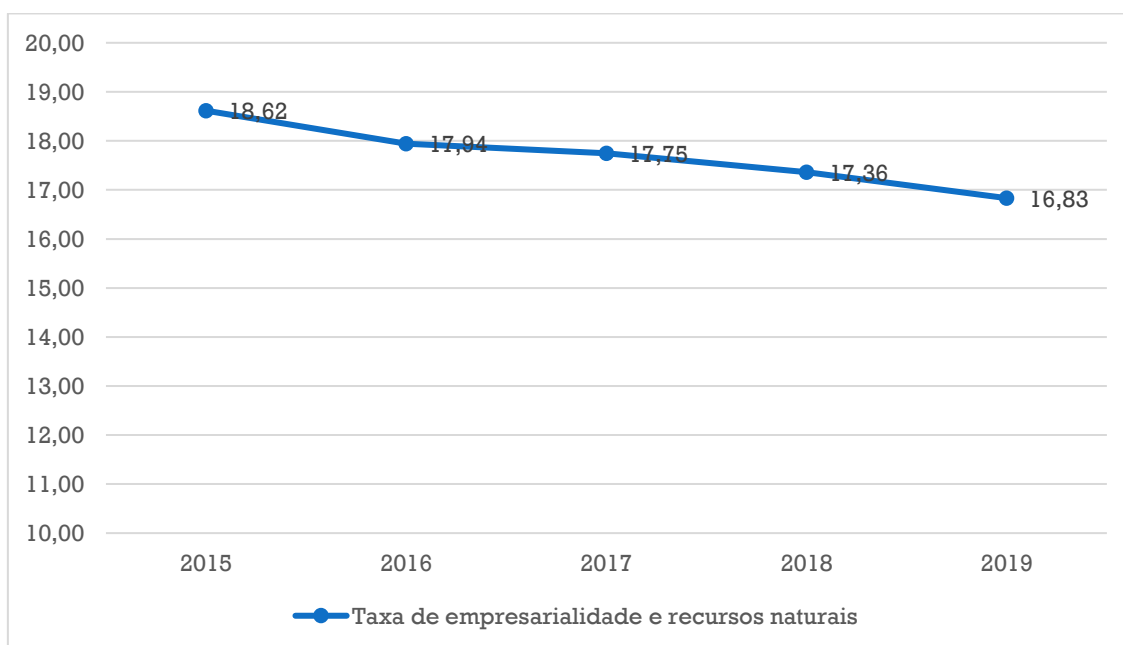


ILUSTRAÇÃO 27. TAXA DE EMPRESARIALIDADE EM RECURSOS NATURAIS

Para comparar a situação do AECT com a Galiza e Portugal vamos usar a Ilustração 28, onde se comparam os indicadores para as três áreas.

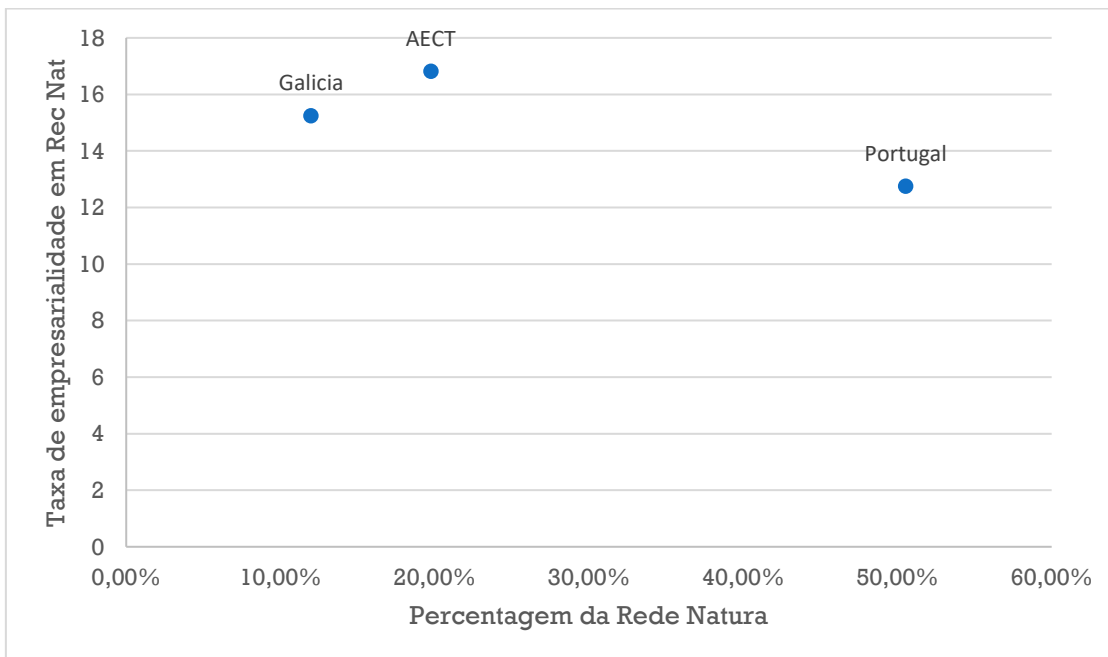


ILUSTRAÇÃO 28: TAXA DE EMPRESARIALIDADE EM RECURSOS NATURAIS E SUPERFÍCIE DA REDE NATURA

Nela podemos constatar que o AECT se encontra numa situação intermédia no que toca à superfície da Rede Natura, mais próxima da galega, se bem que há uma grande diferença entre Portugal e o resto das áreas, dado que este país dedica mais de 50 % do seu território à Rede Natura, enquanto a Galiza só reserva 12 % e o AECT 20 % aproximadamente.

A taxa de empresarialidade em recursos naturais vai na direção inversa. A mais bem situada, com uma taxa de 16,8 empresas por cada 1000 habitantes, é o AECT. Segue-se a Galiza com uma taxa de 15,2. Finalmente, Portugal apresenta a menor taxa de empresarialidade em recursos naturais, com 12,75.

TURISMO

Esta última secção analisa a situação do turismo no AECT. Com esta finalidade, vamos utilizar também dois indicadores: um relativo ao território, que indique a capacidade de acesso dos turistas e outro ligado à oferta de dotações turísticas.

O primeiro estabelece a relação entre o número de estabelecimentos turísticos por cada 1000 habitantes. Deste modo, trata-se de medir dois aspetos complementares. Primeiro, se as dotações de estabelecimentos são suficientes dada o número de população, uma vez que se supõe que a capacidade de atração de um território é, em parte, proporcional à sua população, uma vez que esta gera relações. Segundo, se o número de estabelecimentos turísticos é suficiente para absorver a possível procura de trabalhadores que possa haver nesse setor no território.

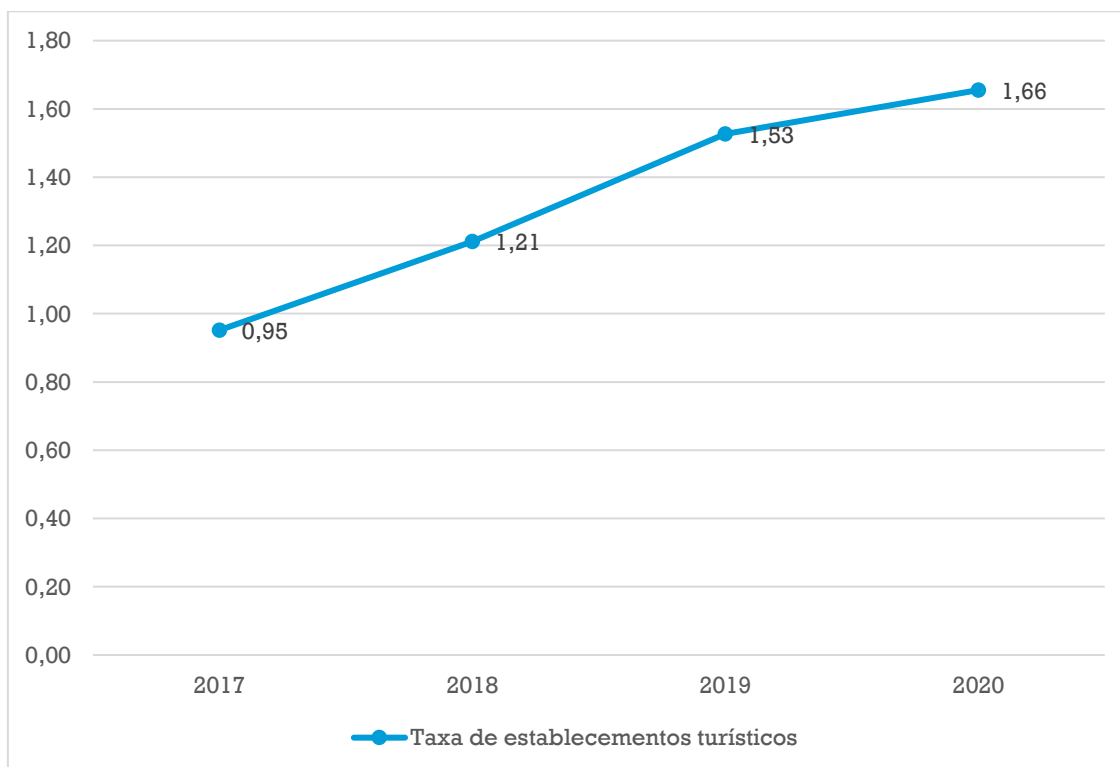


ILUSTRAÇÃO 29: TAXA DE ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS

A Ilustração 29 mostra como evoluíram os estabelecimentos turísticos nos últimos anos. Observa-se um claro crescimento, passando de 0,95 para 1,61, o que assinala

uma melhoria na oferta turística e na procura de postos de trabalho nessa atividade, o que se repercute na capacidade de atração do território.

O segundo indicador, que denominaremos densidade turística, regista o número de camas em estabelecimentos turísticos por km². Este indicador mostra a facilidade de acesso aos estabelecimentos no seu conjunto para um turista que chega ao território, e permite corrigir o efeito das diferenças de tamanho entre os estabelecimentos turísticos do primeiro indicador.

A Ilustração 30 revela como evoluiu esta densidade nos anos 2017 a 2020.

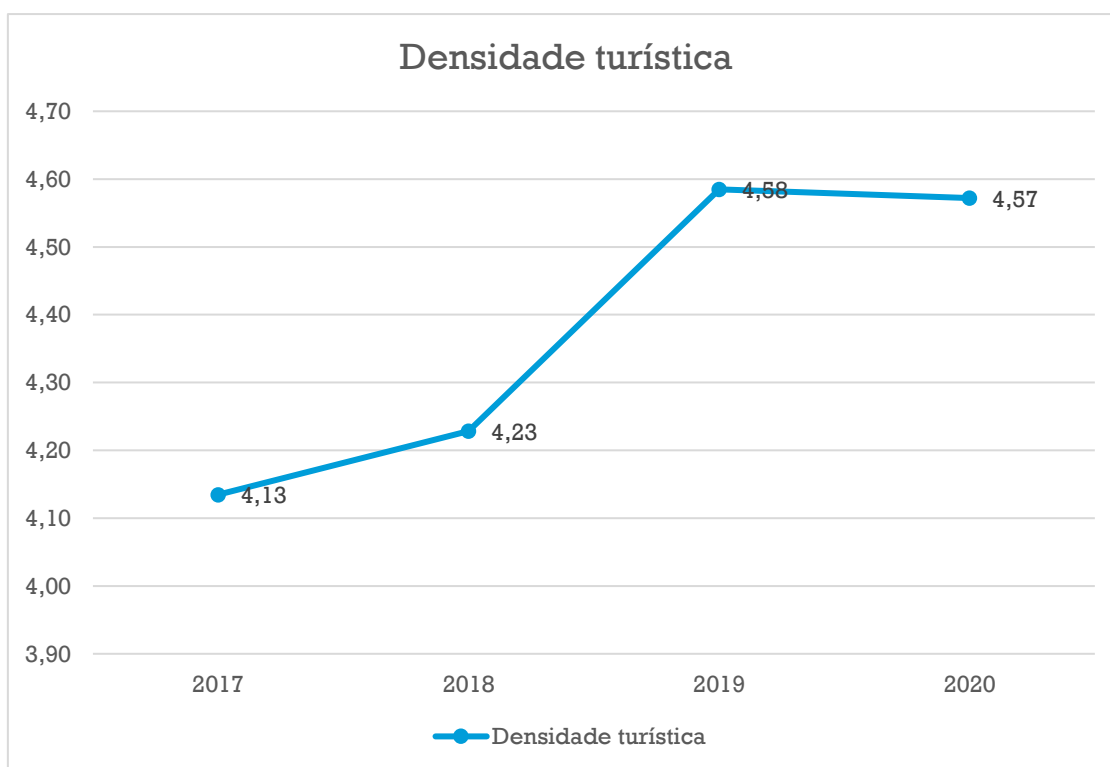


ILUSTRAÇÃO 30: DENSIDADE TURÍSTICA NO AECT

Podemos observar que, em termos gerais, há uma certa subida, embora no último ano tenha estancado, possivelmente devido ao efeito da COVID-19.

A densidade situa-se em 4 camas por km², indicando que há uma certa facilidade de acesso ao território no seu conjunto.

Para compararmos a situação do território com a Galiza e Portugal, temos a Ilustração 31, que mostra a comparação para o ano 2020 entre as três áreas. A Galiza é a que

aparece como mais bem dotada. Em densidade turística oferece 6,61 camas por cada km², o que indica uma grande facilidade de acesso a camas turísticas em todo o território. Também apresenta cerca de cinco estabelecimentos por cada 1000 habitantes, o que, em comparação com os outros territórios, é bastante alto.

O AECT apresenta uma densidade de 4,67, ligeiramente inferior à da Galiza, e uma taxa de estabelecimentos de 1,66, o que é bastante inferior à taxa galega, e mais próxima dos indicadores médios de Portugal.

Portugal apresenta uma menor dotação turística em termos comparativos, pois a sua densidade turística é de 3,74, inferior às anteriores. A sua taxa de estabelecimentos turísticos é de 0,50 por cada mil habitantes, o que indica uma menor oferta relativa.

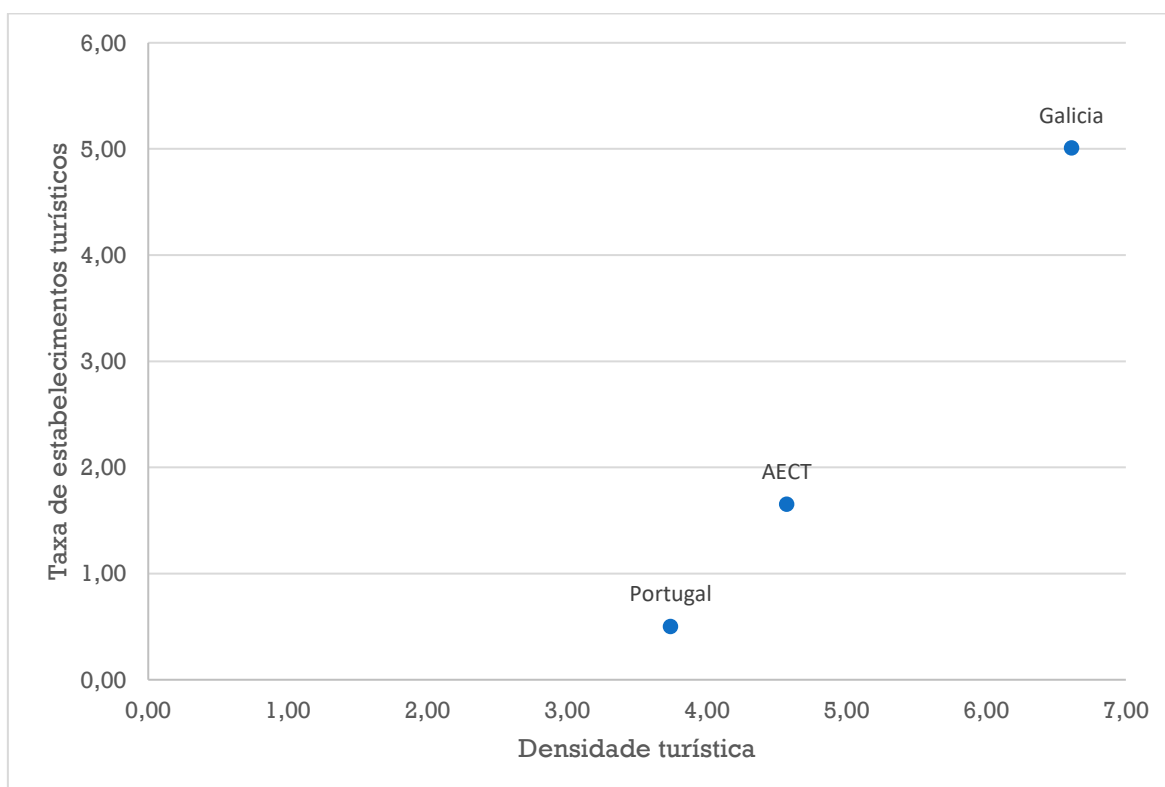


ILUSTRAÇÃO 31: SITUAÇÃO DO TURISMO

CONCLUSÕES

A informação presente neste relatório contém dados relevantes sobre a situação económico-social do território em estudo, derivados da partilha de indicadores e da comparação com os territórios de referência. As principais conclusões fruto do resultado dos dados analisados são expostas de seguida.

Primeiro, em relação à população, observa-se que há um crescimento continuado do índice de dependência, que vai de valores próximos de 56 % (2015) até valores superiores a 57 % (2020), e que o índice de renovação aumenta de 1,74 (2015) para 1,98 (2020), com um aumento de 13 % nesses anos. A área mantém uma situação intermédia relativamente às zonas onde está integrada (Portugal e Galiza). Em contrapartida, a soma de ambos os índices mostra um grave problema no AECT para o futuro da população do território, especialmente no que concerne aos sistemas de pensões.

No que diz respeito à saúde, observa-se que houve um aumento do número de pessoal a trabalhar no setor público da saúde, que vai de 8,95 por cada 1000 habitantes (2015), até quase 10 (2019). Isto indica uma melhoria nas dotações do território. De modo semelhante, em geral, o número de instituições de serviços sociais por cada 1000 habitantes tem aumentado de valores de 0,16 (2015) para 0,21 (2019). Há uma melhoria nas dotações no seu conjunto. A assistência social, por sua vez, é muito semelhante em quase todas as áreas comparadas, estando o AECT em pior situação relativamente às áreas de referência, uma vez que contabiliza apenas 0,21 empresas por cada 1000 habitantes.

Em relação ao empreendedorismo e à inovação, há um aumento da taxa de empresarialidade, medida pelo número de empresas por cada 1000 habitantes, que vai de 95,6 (2015) até 104,3 (2019). De modo semelhante, houve um crescimento contínuo da capacidade de inovação do território, indicando uma evolução favorável. Estes dados revelam que há uma melhoria da atitude empresarial com potencialidade para o crescimento económico. Comparado com as áreas que o contêm, o AECT apresenta uma situação intermédia na empresarialidade e inferior na capacidade de inovação, possivelmente devido à ausência de grandes cidades.

Quanto ao transporte e à mobilidade, na evolução do número de veículos novos por cada 1000 habitantes, que reflete a capacidade de mobilidade do território, observa-se um crescimento em termos gerais, passando de 13,25 (2015) para 19,13 (2019). Pelo contrário, vemos uma contínua diminuição da percentagem de empresas dedicadas ao transporte na área, o que pode indicar que esta atividade está a perder importância relativamente a outras. O AECT situa-se entre a Galiza e Portugal no tocante ao transporte, ao passo que no que diz respeito ao índice de mobilidade, o AECT situa-se numa posição inferior à da Galiza e de Portugal.

Entre os indicadores de emprego, no trabalho define-se a taxa de emprego potencial como o quociente entre o número de empregos e a população potencialmente ativa. Durante os anos 2015 a 2019 no AECT, esta taxa aumentou de 0,32 para 0,37. Isto aponta para uma melhoria clara no emprego, se bem que ainda não chega a metade da população potencialmente ativa. As taxas de crescimento do emprego situaram-se em cerca de 3 %, salvo no ano 2019, quando desceram para 1,1 %, o que indica um abrandamento na criação de emprego. Comparando com os territórios de que faz parte, o AECT apresenta uma taxa de emprego potencial melhor do que a de Portugal e pior do que a da Galiza, sendo inferior na taxa de crescimento do emprego nos dois casos.

Em relação às contas públicas dos concelhos do AECT, a evolução das receitas orçamentadas *per capita* no AECT durante os anos 2015 a 2019 têm uma tendência crescente, sugerindo uma melhoria temporal quanto ao financiamento municipal. De modo semelhante, as despesas orçamentadas *per capita* no AECT também mostraram uma tendência crescente. Os dados revelam que na Galiza o montante de receitas e despesas é maior por habitante, seguido do AECT e de Portugal.

Relativamente às dotações educativas, o AECT situa-se numa posição intermédia entre a Galiza e Portugal. O número de instituições na área da educação existentes no território por cada 1000 habitantes aumentou até 2018, estabilizando em 2019. Contrariamente, a densidade educativa no AECT, medida pelo número de instituições escolares por km², apresenta uma descida continuada durante os últimos anos, possivelmente relacionada com a diminuição do número de estudantes no AECT.

Em relação à cultura e ao desporto, o número de instituições culturais por cada 1000 habitantes, em geral, foi aumentando todos os anos até chegar ao 0,05 atual. É, apesar de tudo, uma quantidade pequena se tivermos em conta todo o território, pois praticamente resume-se a 5 instituições na área de museus, bibliotecas, arquivos ou outras atividades culturais por cada 100 000 habitantes. Paralelamente, a taxa institucional de desporto, medida pelo número de empresas de desporto por cada 1000 habitantes foi crescente, exceto em 2019 quando se produz uma ligeira descida, embora seja praticamente estável, sendo de 0,96 empresas por cada 1000 habitantes. Comparado com os territórios de referência, o AECT ocupa uma posição intermédia, sendo inferior a Portugal na taxa institucional de desporto, e inferior à Galiza na taxa institucional de cultura.

Relativamente aos indicadores ambientais, salientamos a percentagem existente da Rede Natura, assim como o número de empresas dedicadas à extração de recursos naturais no território por cada 100 habitantes. A percentagem da Rede Natura foi estável, situada na ordem dos 19,6 %, exceto no último ano em que aumentou ligeiramente para 19,8 %. A taxa de empresarialidade na extração de recursos naturais durante os anos 2015 a 2019 foi diminuindo, o que é um indicador do possível esgotamento dos recursos naturais ou do abandono de sua exploração. O AECT encontra-se numa situação intermédia em ambos os casos, embora a situação da Galiza e de Portugal seja diferente em cada caso.

Por último, em relação ao turismo, salientamos a sua importância crescente no AECT. O número de estabelecimentos turísticos por cada 100 habitante passou de 0,95 (2017) para 1,61 (2020), o que indica uma melhoria na oferta turística e na procura de postos de trabalho neste ramo de atividade, e repercute-se na capacidade de atração do território. O número de camas em estabelecimentos turísticos por km² registou um certo aumento, embora no último ano (2020) se tenha produzido um estancamento, possivelmente pelo efeito da COVID-19. Comparado com os territórios de referência, este tem menor oferta do que a Galiza mas maior oferta do que Portugal.

As conclusões, para além de oferecerem informação inédita acerca do território do AECT, abrem novos campos de investigação nas semelhanças e nas diferenças dos

indicadores, assim como nas decisões estratégicas que podem ser tomadas a partir da nova informação disponível.

